

BOLETIM

CRC SP

ANO XXXVIII SET / OUT / NOV / 2007 ÓRGÃO INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO n° 164

20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS



CONVENÇÃO *pág.29*

**TUDO SOBRE A
20ª CONVENÇÃO DOS
CONTABILISTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ELEIÇÃO *pág.50*

**ELEIÇÃO ONLINE
CRC SP 2007
DE 7 A 22 DE NOVEMBRO:
NÃO DEIXE DE VOTAR!**





Artigos



Convenção



Eleição Online



ARTIGOS

- 4 Editorial
- 5 Cartas
- 6 Verdades e mitos da Nota Fiscal Eletrônica
Antônio Leopoldo Curi
- 8 Ex-alunos e o futuro das universidades
Custódio Pereira
- 10 A nova execução de títulos extrajudiciais e o parcelamento da dívida por opção do devedor
Rodrigo Barioni
- 12 Novos tempos, novos profissionais
José Maria Chapina Alcazar
- 14 Uma análise da carga tributária
Marlene Ferreira Santiago
- 16 Alternativas para a expansão do mercado de capitais no Brasil: por uma cultura de participações
Marcos Zähler D'Avila
- 18 Critérios contábeis internacionais e a institucionalização do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
Paulo Lauriano

NOTÍCIAS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- 20 Parceria do CRC SP com o Seguro-Saúde SulAmérica Access mais vantagens e conquistas para os Contabilistas

FISCALIZAÇÃO

- 22 O Simples Nacional e o Conselho Federal de Contabilidade

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

- 24 CRC SP e Entidades Contábeis lançam a campanha “Uma Ação que Vale um Milhão”

REGISTRO

- 25 Novas carteiras profissionais a partir de outubro

NOTÍCIAS

- 26 CRC SP continua promovendo atividades culturais mensais
27 Soluções de BPO agilizam processos do CRC SP

LEGISLAÇÃO CONTÁBIL

- 28 Dos deveres em relação aos colegas e à classe

ESPECIAL

- 29 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo: qualidade das palestras garantiu o sucesso do evento
30 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo começa com solenidade de gala
34 Homenagem ao Sistema CFC/CRCs
36 Palestras e Eventos Paralelos

ELEIÇÃO ONLINE

- 50 Votação será pelo Portal do Conselho das 10 horas do dia 7 até as 18 horas do dia 22 de novembro
52 Como votar

ENTREVISTAS

- 56 Adolfo Braga Neto
60 Alexandre Palermo Simões



PENSAR NO TODO E NO FUTURO

Em agosto, tivemos a felicidade de realizar a 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo. Quem participou teve o privilégio de ver apresentados e debatidos os temas mais importantes da atualidade para a profissão contábil.

O evento foi um sucesso graças à feliz soma dos brilhantes palestrantes, do público participativo e dos eventos culturais. Mas o protagonista da 20ª Convenção foi você, meu amigo Contabilista, que esteve no Palácio das Convenções do Parque Anhembi naqueles três inesquecíveis dias de agosto.

Um material especial, com textos e fotografias com os principais acontecimentos, está apresentado nesta edição do Boletim para podermos relembrar as palestras, rever as imagens e nos prepararmos para o próximo evento, em 2009.

Agora, chegou a época de renovarmos 1/3 dos Conselheiros. Em novembro, a partir do dia 7, os Contabilistas vão eleger seus representantes no CRC SP. Pela segunda vez, a eleição será pela internet, uma iniciativa pioneira do CRC SP para assegurar que os Contabilistas cumpram este dever cívico de votar, com tranquilidade e facilidade, que é tão importante.

Tão importante quanto cuidar da nossa carreira, participando de eventos como a 20ª Convenção dos Contabilistas no Anhembi e das 13 Convenções Regionais que estamos realizando no interior do Estado, que nos fazem crescer profissional e pessoalmente, é assegurar-se da nossa presença no Conselho, elegendo as mulheres e os homens Contabilistas que estarão nos representando.

Nem sempre percebemos, mas três assuntos tão diferentes - como as Convenções Estadual e Regionais, a atualização que esse tipo de evento proporciona, e a eleição do CRC SP - estão interligados e, com certeza, influirão no futuro dos Contabilistas paulistas.

É preciso que passemos a prestar atenção nas causas e efeitos que acontecem ao nosso redor, com visão no todo. Se partilharmos do pensamento sistêmico, que mostra o mundo como um todo integrado, passaremos a entender muito mais a importância que o nosso trabalho tem para o País, para o mundo e para o planeta.

Adotando uma visão integradora, começaremos a enxergar com novos olhos a importância de cada pequena coisa nas nossas vidas. Um minúsculo papel de bala, por exemplo.

Se jogado na rua, pode se juntar a outros milhares de papéis jogados nas calçadas, lançados para os bueiros, levados para os rios, poluindo mananciais, degradando a natureza e a vida.

Mas se esse mesmo papel de bala tiver outro destino, se for para a reciclagem e fizer parte de um grande quadro colorido em uma escola pública, por exemplo, esse minúsculo papel poderá alegrar crianças, despertar a felicidade e a esperança de que pequenas ações isoladas, quando integradas, são partes de um todo, fazem toda a diferença numa pequena comunidade, no País e no planeta!

É com essa filosofia que devemos pautar nosso trabalho como profissionais da Contabilidade. Se somarmos nossos pensamentos, visando ao futuro, se trabalharmos rumo à excelência, com a vontade de nos integrarmos num mutirão que compartilhe boas sinergias, então seremos, realmente, 400 mil Contabilistas brasileiros empenhados em cumprir o nosso grande papel no enorme quadro colorido da humanidade.

LUIZ ANTONIO BALAMINUT
Presidente do CRC SP



EXPEDIENTE DO BOLETIM CRC SP

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Antonio Balamint

Vice-Presidente de Administração e Finanças: Sergio Prado de Mello

Vice-Presidente de Fiscalização: Domingos Orestes Chiomento

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional: Claudio Avelino Mac-Knight Filippi

Vice-Presidente de Registro: José Aref Sabbagh Esteves

Câmara de Controle Interno

Coordenador: Walter Lório

Vice-coordenador: Wanderley Antonio Laporta

Membro: Márcia Ruiz Alcazar

Suplentes: Ana Maria Costa, Telma Tibério Gouveia e Celina Coutinho

Câmara de Recursos

Coordenador: Osvaldo Monéa

Vice-coordenador: Antonio Neves da Silva

Membros: Cláudio Anibal Cleto, Maria Anselma Coscrato dos Santos e Arnaldo Longhi Colonna

I Câmara de Fiscalização

Coordenador: Vinício Martins Presti

Vice-coordenador: Niveson da Costa Garcia

Membros: Celso Aparecido Gonçalves, Sérgio Vollet e Zaina Said El Hajj

II Câmara de Fiscalização

Coordenador: Júlio Linuesa Perez

Vice-coordenador: Celso Carlos Fernandes

Membros: José Carlos Melchior Arnosti, Marilene de Paula Martins Leite e Daisy Christine Hette Eastwood

III Câmara de Fiscalização

Coordenador: Luiz Fernando Nóbrega

Vice-coordenador: Julio Luiz Baffini

Membros: Carlos Augusto Nogueira, Cibele Costa Amorim e Neusa Prone Teixeira da Silva

Câmara de Desenvolvimento Profissional

Coordenador: José Joaquim Boarin

Vice-Coordenadora: Telma Tibério Gouveia

Membros: José Donizete Valentina, Cloriovaldo Garcia Baptista e Clóvis Ioshike Beppu

Câmara de Registro

Coordenador: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho

Vice-coordenadora: Celina Coutinho

Membro: Ana Maria Costa

Conselheiros Suplentes: Adilson Luizão, Almir da Silva Mota, Ana Maria Galloro, Ari Milton Campanhá, Camila Severo Facundo, Carlos Carmelo Antunes, Carmem de Faria Granja, Deise Pinheiro, Dorival Fontes de Almeida, Edevaldo Pereira de Souza, Elza Nice Ribeiro Moreira, Francisco Montoia Rocha, Gilberto Benedito Godoy, Joel Dias Branco, Lázaro Aparecido de Almeida Pinto, Leonardo Silva Tavares, Luciana de Fátima Silveira Granados, Luis Augusto de Godoy, Luiz Bertasi Filho, Manassés Efraim Afonso, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Osvaldo Pereira, Rita de Cássia Bolognesi, Sérgio Borges Felipe, Sérgio Paula Antunes, Setsuo Kaidei Junior, Silmar Marques Palumbo, Teresinha da Silva, Valdimir Batista, Valdir Campos Costa, Vera Lúcia Vada e Wanderley Aparecido Justi.

Boletim CRC SP

Diretor: Luiz Antonio Balamint

Comissão de Publicações

Coordenador: Vinício Martins Presti

Membros: Antonio Luiz Sarno, Antonio Neves da Silva, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho e José Joaquim Boarin

Jornalista responsável: Graça Ferrari - MTB 11347

Jornalista: Michele Mamede - MTB 44087

Registrado sob o nº 283.216/94 no livro "A" do 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo

Projeto gráfico: Gibbor Brasil

Periodicidade: Trimestral

Fotolito e impressão: Prol Editora e Gráfica

Tiragem: 115.000 exemplares

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis – 01230-909 – São Paulo – SP

Tel.: 11 3824.5400, 3824.5433 (Teleatendimento)

Fax: 11 3662.0035

E-mail: crcsp@crcsp.org.br

Portal: www.crcsp.org.br

“É muito gratificante receber as edições do Boletim CRC SP, que apresenta constante evolução na qualidade dos artigos e editoração. Sugiro criar uma seção fixa que apresente questões e dilemas éticos tanto no exercício da profissão como ética geral, um dos assuntos essenciais para a valorização dos profissionais Contabilistas.”

JOÃO ANTONIO APARECIDO SALLA

“Sou leitor e admirador da revista do CRC SP que, de alguns anos para cá, tornou-se excelente em todos os aspectos. Ao recebê-la e no simples ato de folheá-la, verifica-se qualidade desde a diagramação, do índice que denota bom conteúdo, das manchetes ou títulos de matérias, dos próprios textos e de alguns autores já consagrados.”

SÉRGIO CAMPANHA

“Participei da 20ª Convenção dos Contabilistas e falo com segurança que não pretendo deixar de participar de nenhuma outra (esta é a segunda Convenção da qual participo). Parabéns e boa sorte para nossa próxima Convenção.”

ROSE AGUIAR ALMEIDA

“Parabéns pela excelente qualidade das palestras da 20ª Convenção dos Contabilistas, pela organização e pelo clima de festa da classe. Que venham outros eventos, tão magníficos como a Convenção, para o desenvolvimento e o mais do que necessário progresso da profissão.”

JOAQUIM NUNES SIMÕES



VERDADES E MITOS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

São numerosos os equívocos cometidos, às vezes por desconhecimento, na análise da Nota Fiscal Eletrônica. Invariavelmente, apontam-se os possíveis benefícios, esquecendo-se dos problemas, dificuldades e custos inadequados para as empresas. Assim, é importante difundir todos os aspectos da questão, para evitar que muitos comprem a idéia sem senso crítico e uma visão equilibrada da relação custo-benefício. A NF-e foi introduzida como projeto-piloto, em 2006, nos estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Maranhão. Ocorre que, como é resultado de uma imposição do governo e não de um debate amplo no Congresso Nacional e com a sociedade, as falhas do projeto logo começaram a aparecer.

A NF-e foi vendida como uma solução moderna, que iria desonerar as empresas e, ao mesmo tempo, como uma inovação que garantiria mais eficácia à arrecadação de tributos – algo assim como uma CPMF nas relações comerciais. Na prática, no entanto, o sistema tem revelado várias falhas, resultado da ausência de discussão mais aprofundada, envolvendo as áreas afetas à questão, como os consumidores, os gráficos, empresas fornecedoras de equipamentos eletrônicos, enfim, a sociedade.

Ninguém nega que a introdução de novas tecnologias é uma realidade inexorável. Porém, na forma como está sendo imposta, a NF-e tem mostrado os riscos de se aplicar abruptamen-

te uma inovação em uma realidade complexa como é a da arrecadação brasileira. Em primeiro lugar, além do fato de se obter, por meio da adesão voluntária das empresas, o controle total da arrecadação pela Receita Federal, o sistema tem como característica operacional a homologação prévia do documento pelo Fisco. Isto quer dizer que cada documento fiscal via NF-e estadual terá de estar previamente autorizado pela entidade fazendária para que possa ocorrer a circulação da mercadoria.

Ora, se o emitente da NF-e remeter a informação de venda para algum estabelecimento que porventura tenha pendência com o Fisco, a operação não poderá ser concretizada. Em outras palavras, em tese, a operação mercantil e a transação teriam de ser canceladas. No entanto, não é preciso ter muita imaginação para perceber que a solução surgirá de forma absolutamente natural e, na prática, significará exatamente o contrário do que espera o Fisco. Para ser mais

claro, o obstáculo simplesmente será contornado pela informalidade. Um verdadeiro tiro pela culatra, uma vez que, diferentemente do que almeja a Receita, há grande risco de a arrecadação cair, mesmo que as empresas estejam plenamente equipadas para emitir a NF-e estadual.

Outro aspecto que escapou às autoridades diz respeito à suposta economia que teriam as empresas ao aderir ao sistema. Ao contrário da NF-e municipal que começou a ser implantada em agosto de 2006 na cidade de São Paulo, o sistema eletrônico estadual não prevê qualquer tipo de incentivo, nem para as empresas, nem para os tomadores de serviços. Estes, no município de São Paulo, pelo menos estão gerando um crédito de ISS que poderá ser utilizado para abater até 50% do IPTU, além da oferta no site da prefeitura do programa para geração do respectivo documento, não imputando custo ao contribuinte.

No caso da NF-e estadual, além



de não oferecer qualquer estímulo, está previsto o envio obrigatório de arquivos magnéticos de operações mercantis, assim como a manutenção dos dados por período maior do que a legislação atual exige. Dessa maneira, ao invés de desonerar, o governo estará transferindo para as empresas os custos e responsabilidades fiscais advindas da adesão ao sistema.

Além disso, também não é verdadeira a argumentação de que as empresas economizariam com a eliminação da emissão e armazenagem de notas fiscais em papel. Na verdade, as empresas que deixarem de emitir a nota fiscal modelo 1 ou 1A de quatro vias, produzidas quase sempre no processo matricial, terão em contrapartida de imprimir o documento chamado Darf-e, que deverá acompanhar as mercadorias.

Ou seja, ao aderirem à NF-e, as empresas terão de arcar com custos de *software*, *hardware* e sistemas que podem onerá-las em até dez vezes mais em comparação aos custos atuais, já que haverá também custos de impressão a laser e seus respectivos insumos.

Assim, não estão plenamente corretas algumas observações feitas no mercado quanto à eficácia do novo sistema e no que diz respeito à redução de custos.

Cada documento fiscal via NF-e estadual terá de estar previamente autorizado pela entidade fazendária para que possa ocorrer a circulação da mercadoria.

Ao contrário, do jeito como se apresenta, a NF-e amplia o risco de sonegação e informalidade e aumenta o custo dos contribuintes empresariais.

Todos estes fatos demonstram que o projeto, vendido como panacéia de males como a evasão fiscal e os altos custos administrativos das empresas brasileiras, necessita, no mínimo, ser melhor avaliado e discutido antes de se tornar uma obrigação entre tantas outras as quais os empreendedores têm de acatar neste País.

ANTONIO LEOPOLDO CURI
Presidente da Abraform (Associação Brasileira da Indústria de Formulários, Documentos e Gerenciamento de Informações).

A diferença entre a Pequena Empresa e a empresa pequena é a capacidade de planejamento e gestão de seu administrador!



A Add Tools, SAP Business Partner, apresenta o ERP **SAP Business One**. Elaborado para as Pequenas Empresas que querem crescer, integra Finanças, Vendas, Serviços, Compras, Estoques e Fabricação. Implantado em mais de 40 países, agrega 34 anos de evolução tecnológica e de processos.



addtools

Add Tools Software Ltda.
R. Pequetita, 145 – 6º andar – V. Olímpia
04552-060 – São Paulo – SP
F. 11 3054-0106 - www.addtools.com.br

O SAP Business One tem o tamanho de sua empresa e cabe no seu bolso!

Atuamos no mercado brasileiro desde 1993 em Consultoria Organizacional e de Processos, Rentabilidade de Produtos e Clientes, Custeio ABC, Planejamento, Orçamento e Avaliação de Capital Humano, integrados com desenvolvimento e implementação das melhores ferramentas de TI. Consulte-nos.

CHANNEL™
SAP
PARTNER



EX-ALUNOS E O FUTURO DAS UNIVERSIDADES

O papel dos ex-alunos é relevante em toda atividade de desenvolvimento, estabelecimento de parcerias e, especialmente, na captação de recursos para campanhas de capital ou manutenção das instituições de ensino superior. Essa prática é mais presente e tradicional na cultura norte-americana, mas, recentemente, observa-se, de modo gradual, na América Central, América do Sul, Europa e Ásia, com resultados positivos.

Muitas vezes, pode-se pensar que a diferença cultural histórica entre o Brasil e os Estados Unidos pode inviabilizar técnicas e experiências bem-sucedidas nesse país quanto à sustentabilidade das faculdades e escolas em geral. No entanto, há soluções práticas eficazes. Aqui, temos de solicitar e estimular as doações e o envolvimento dos antigos alunos. À medida que tentamos métodos e técnicas para desenvolver e fortalecer esse relacionamento, adquirimos conhecimento específico e aprimoramento em captar recursos e fortalecer os estabelecimentos de ensino superior.

A primeira associação de antigos alunos foi criada na América do Norte, nos primórdios de 1800. Inicialmente, estava mais preocupada com interesses intelectuais e perpetuação de memórias. Oficialmente, os primeiros fundos formados por antigos alunos também apareceram no início desse período, com frequência promovendo o conceito de estabelecer em vida um capital específico para gerar uma renda destinada a ajudar os programas de uma faculdade ou

universidade.

O primeiro programa organizado de captação de recursos nas instituições de ensino superior teve origem na contribuição anual de ex-alunos. O seu interesse e lealdade à sua escola ficaram evidentes no distante ano de 1643, quando ex-alunos de Harvard começaram a atender às solicitações e a renovar suas antigas relações com colegas.

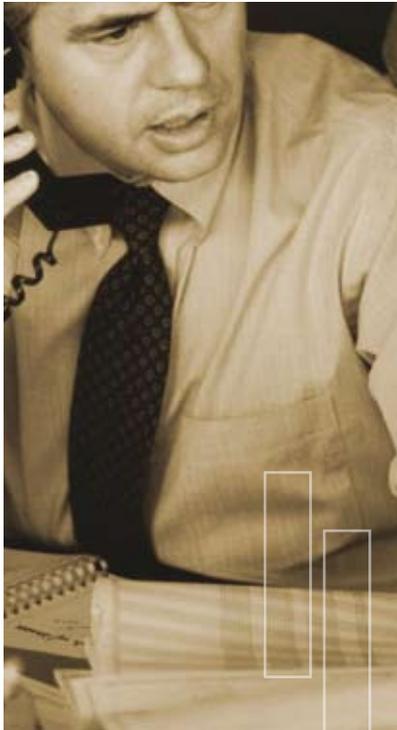


Os ex-alunos são a primeira e principal vanguarda para o suporte do desenvolvimento da faculdade ou universidade. Em 1913, houve um encontro de 23 diferentes escolas públicas e privadas, representando grande área geográfica dos Estados Unidos. Foi uma resposta ao convite da Universidade do Estado de Ohio para se encontrarem e trocarem experiências em atividades com os ex-alunos.

No Brasil, o contato com ex-alunos é praticamente inexistente nas instituições de ensino superior. As Universidades não fazem idéia de onde se encontram seus antigos alunos. Muitos deles podem ocupar posições altas na sociedade por conta da formação que receberam. É a partir daí que tudo se inicia. Um dos principais fatores de sucesso em um programa de captação de recursos é o acompanhamento de ex-alunos.

Os ex-alunos de universidades — os que pagaram, os que não pagaram para obter sua formação e também os bolsistas — devem reconhecer que a instituição foi vital para sua vida e sua carreira. Qual ex-aluno recusaria contribuir para sua faculdade caso fosse adequadamente abordado? Universidades do Canadá contam anualmente seus ex-alunos onde quer que estejam, até em outro continente. Todo ano eles recebem uma carta e também são convidados a fazer suas contribuições. E fazem, podem acreditar.

☞ O papel dos ex-alunos é relevante em toda atividade de desenvolvimento, estabelecimento de parcerias e, especialmente, na captação de recursos para campanhas de capital ou manutenção das instituições de ensino superior. ☞



No Brasil não há essa cultura de pedir aos ex-alunos e nem de saber onde estão. Para um profissional, saber que a universidade onde concluiu a graduação está bem e prosperando é vital. Ninguém gostaria de ter a instituição de ensino superior onde se formou fechada. Isso certamente ocasionaria um prejuízo na qualificação e currículo, podendo até certo ponto prejudicar uma carreira.

Todo ex-aluno tem interesse de que a imagem de sua faculdade esteja bem. Assim, podem doar para financiar atuais bolsistas, prédios, reformas e melhorias. Dentre todos os doadores no mundo, só 12% o fazem por conta de incentivos fiscais. Além desse aspecto, há outras motivações.

Por exemplo, um ex-aluno que tenha posses certamente não recu-

sará reformar ou até construir uma biblioteca que levará seu nome.

O cadastro do ex-aluno é vital. Ele tem de voltar à universidade e ser localizado. O desenvolvimento dessa cultura é muito importante para o Brasil, considerando que a perenidade e a constante evolução das instituições de ensino superior são fundamentais ao desenvolvimento e competitividade do País.

CUSTÓDIO PEREIRA

Diretor geral das Faculdades Integradas Rio Branco, especialista em Ensino Superior e Gestão Universitária e autor do livro Sustentabilidade e Captação de Recursos na Educação Superior no Brasil.

A melhor tecnologia de ponta para o controle de ponto.

Atraso é ainda bater cartão de ponto.

Eu aprovo!
O meu escritório e meus clientes utilizam essa solução.

Descubra o que podemos fazer por você e por sua empresa. Solicite uma demonstração 0800 551037 www.prosoft.com.br

PRO PUNTO

Adaptado para sua empresa
Você instala nos próprios computadores como relógio virtual ou na entrada da sua empresa.

Seguro e eficiente
Não se preocupe com suas informações. O sistema é projetado com total controle de senhas, o que elimina possibilidades de fraude.

Coleta de informações
Pode ser efetuada via internet ou intranet, gravado em CD, e-mail ou até mesmo on-line (TCP-IP).

O software que você precisa!

- Gerencia registros de ponto, banco de horas e relógio virtual;
- Controla abonos e justificativas;
- Emite relatórios;
- Indica inconsistências.

E muito mais!

Prosoft
Somando soluções para obter resultados.

Marcus Zittei
Contábil Zittei - SP



A NOVA EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS E O PARCELAMENTO DA DÍVIDA POR OPÇÃO DO DEVEDOR

Os títulos extrajudiciais são documentos aos quais a lei confere *status* de prova do crédito, dispensando a chancela judicial. Os exemplos são vários: cheque, nota promissória, contrato assinado por duas testemunhas etc. O detentor de um título extrajudicial vencido e não pago pode iniciar um procedimento que objetiva assegurar-lhe o recebimento da quantia ali representada. A esse procedimento dá-se o nome de “execução”.

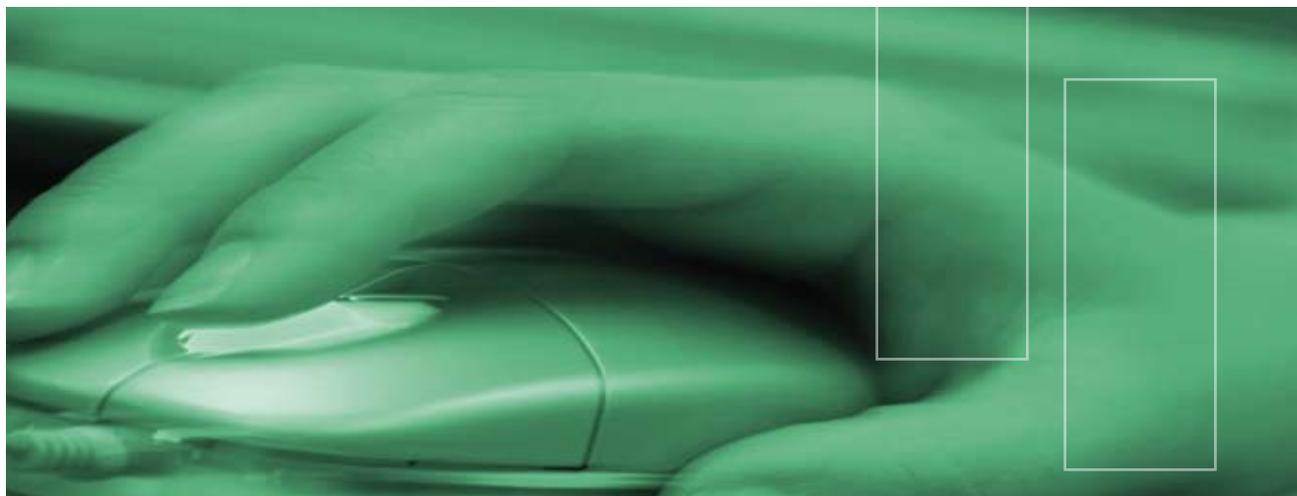
A Lei nº 11.382/2006, que entrou em vigor em 20 de janeiro de 2007, modifica substancialmente o processo de execução dos títulos extrajudiciais, em uma tentativa de desburocratizar e agilizar o trâmite para o recebimento de créditos. Dentre diversos aspectos interessantes e inovadores dessa legislação, um deles chama muito a atenção do leitor: a possibilidade de o devedor confesso obter o parcelamento da dívida.

Uma vez comunicada a existência do processo de execução ao devedor, este poderá discutir a dívida, total ou parcialmente, desde que o faça no prazo de 15 dias. No entanto, caso o devedor pretenda pagar o débito, poderá fazê-lo de duas formas: à vista, no prazo de três dias ou em até sete prestações. Para usufruir da benesse legislativa do parcelamento, o devedor deve, em primeiro lugar, reconhecer a existência da dívida, sendo-lhe proibido discutir qualquer aspecto do crédito pretendido. Paralelamente, o executado tem de apresentar o comprovante do depósito do valor correspondente a 30% do valor da execução, acrescido de custas e dos honorários de advogado, e solicitar o pagamento do restante do débito em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.

A modificação legislativa é um tanto estranha, ao atribuir à pessoa

que tem uma obrigação de pagar à vista a possibilidade de obter, judicialmente, um parcelamento. E o que é mais inusitado: sem instituir multa ou qualquer outra penalidade por essa conduta. Apesar disso, é preciso reconhecer que em grandes centros, como São Paulo, dificilmente verifica-se o término de um processo de execução antes do período de sete meses. Assim, conclui-se que o legislador deu um passo para facilitar a satisfação do crédito, em período de tempo em que provavelmente a execução não atingiria sua finalidade.

Caso o devedor não realize o pagamento de qualquer das parcelas, as sanções são severas: vencerão imediatamente as prestações subseqüentes; será imposta multa de 10% sobre o saldo em aberto e fica vedada a apresentação de defesa. Pretende-se, com isso, evitar que o parcelamento do débito transforme-se em instru-



mento utilizado apenas para retardar o andamento da execução.

O ponto negativo fica por conta de a aprovação da proposta de parcelamento suspender a execução, inclusive no caso de não ter sido realizada a penhora de bens do devedor. Isso implica a ausência de garantia para o pagamento do débito parcelado e poderá representar sérios prejuízos ao credor se, ao retomar o curso da execução, os bens do devedor já tiverem sido penhorados ou alienados em outra execução. Por essa razão, é fundamental que o juiz, antes de autorizar o parcelamento, abra oportunidade para que o credor informe se aceita ou não a proposta do devedor, de modo a condicionar a concessão do parcelamento aos casos em que haja anuência do credor.

Seria mais adequado se houvesse



Uma vez comunicada a existência do processo de execução ao devedor, este poderá discutir a dívida, total ou parcialmente, desde que o faça no prazo de 15 dias.



previsão de incidência de multa para a concessão do parcelamento, a fim de gerar no devedor o interesse em pagar à vista, bem como fosse prestada uma garantia de pagamento do saldo parcelado. De toda forma, a introdução do parcelamento na execução é uma tentativa válida de tornar interessante ao devedor reconhecer a obrigação, evitando discussões inúteis, não raras vezes revestidas de caráter meramente protelatório. Essa é a vantagem mais aparente. Resta aguardar para ver até que ponto a novidade legislativa se mostrará, na prática, vantajosa para o credor, para o devedor e para o próprio Poder Judiciário.

RODRIGO BARIONI

Advogado, mestre e doutorando em Direito; professor.

SIMPLES NACIONAL

Nossas Soluções para o **SIMPLES NACIONAL**

- Faturamento dos 12 Últimos Meses;
- Faturamento Acumulado no Ano;
- Comparativo de Lucro Presumido X Simples Nacional;
- Valor Bruto das 12 Últimas Folhas de Pagamento;
- Demonstrativo do Cálculo da Guia Analítico.

Escolha a Melhor **Opção**

• Optante pelo Simples ou • Lucro Presumido

Faça uma **Simulação**

Faça uma Simulação com nosso Sistema, e veja qual o regime mais vantajoso para sua Empresa.

Módulos Sistemas Integrados

Rua das Goiabeiras, 761 • Santo André
www.modulosintegrados.com.br
vendas@modulosintegrados.com.br

São Paulo e demais localidades
(11) 4994.5237

Litoral
(13) 3252.3528



“globalização”

universo contábil



José Maria Chapina Alcazar

NOVOS TEMPOS, NOVOS PROFISSIONAIS

A globalização, a velocidade da transmissão de informações e as constantes e significativas evoluções tecnológicas ocorridas nas últimas décadas transformaram, efetivamente, a vida dos profissionais contábeis no Brasil e no mundo.

Muitos já se perguntaram se essa nova era tecnológica extinguiria a função dos Contabilistas. Na verdade, a informática e tantas outras inovações que surgem a cada dia só vêm somar às nossas atividades e contribuir para que possamos nos dedicar realmente ao que interessa: utilizar a Ciência Contábil para o bem das empresas e do desenvolvimento do País.

Certamente os chamados dar-
fistas, aqueles que apenas preenchem papéis, estão fadados à extinção. Mas isso também é um fato positivo, pois o mercado não precisa desses profissionais, se é que podemos chamá-los assim. Nesse novo contexto, sairão de cena os Contabilistas que apenas executam tarefas e se consolidarão os consultores contábeis, os gestores de informações. Só sobreviverão no mercado de trabalho os realmente sérios e comprometidos com a excelência da profissão que abraçaram.

Com o auxílio da informática, da internet, dos *softwares* inteligentes e tantos adventos tecnológicos, os profissionais contábeis terão mais tempo de traduzir os números contábeis e transformá-los em informações estratégicas, claras, concisas e determinantes para a tomada de decisões nas empresas. E como detentores dessas tão valiosas informações, são peças-chave para o sucesso desses empreendimentos.

O universo contábil está em mutação com os sistemas integra-

dos de Contabilidade, a nota fiscal eletrônica, o SPED (Sistema Brasileiro de Escrituração Digital), que padronizará informações, unificará guias em âmbitos estaduais e federal e transportará os livros contábeis para meios magnéticos.

Na era do conhecimento, os profissionais que não dominarem essas novidades serão eliminados do mercado de trabalho, que prima por aqueles com formação cultural humanística abrangente, criativos, questionadores e críticos. Aqueles que não são assim, ou deixarão de exercer suas funções ou deverão procurar o caminho do conhecimento, da educação continuada, para tomar novo fôlego profissional.

Outra realidade advinda das transformações tecnológicas é a modernização dos órgãos fiscalizadores, que têm empregado modernas ferramentas com o intuito de ampliar seus controles sobre as atividades econômicas, fechando, assim, o cerco aos contribuintes e identificando evidências de sonegação de tributos. Regularmente, criam novas declarações ou demonstrativos com o claro objetivo de fazer o cruzamento de informações. Nesse intuito, foram criadas a Dacon, a Dimob, a Decred e tantas outras obrigações.

Como se vê, o papel do profissional contábil está ficando cada vez maior e a sua responsabilidade também. Ele deve estar atento a to-



das essas mudanças e, principalmente, preservar a ética e o comprometimento.

Um profissional investiga, analisa dados para oferecer a melhor opção aos seus clientes. Tomemos como exemplo o Supersimples.

Não se pode entrar na “onda” do modismo e optar pelo regime, sem manter uma Contabilidade bem estruturada. Além disso, ao recomendar a adesão ao sistema simplificado e não estudar a real situação econômica do contribuinte, no futuro, esse Contabilista pode ser considerado cúmplice de crimes fiscais, podendo até responder com seu patrimônio e bens pessoais, de acordo com o novo Código Civil.

Como empresário contábil, posso dizer que nossa profissão é gratificante e indispensável para o País.

Entretanto, aquele que opta por ela deve ter a consciência de suas responsabilidades, que são muitas.

Ficam, então, conselhos a todos os profissionais: a busca por novos conhecimentos, novas tecnologias, aperfeiçoamento e atualização constantes são questões de sobrevivência no mercado. Somado a isso, é preciso manter princípios fundamentais, como a ética, o respeito e a responsabilidade - um compromisso consigo, com seus clientes e com a Nação.

*JOSÉ MARIA CHAPINA ALCAZAR
Presidente do Sescon-SP e da
Aecon-SP.*

Ào recomendar a adesão ao sistema simplificado e não estudar a real situação econômica do contribuinte, no futuro, o Contabilista pode ser considerado cúmplice de crimes fiscais, podendo até responder com seu patrimônio e bens pessoais, de acordo com o novo Código Civil.

Com a nossa solução seu escritório é o mundo.

Os sistemas contábeis (Cordilheira.net) e de gestão (Fox.net) proporcionam flexibilidade para você trabalhar online em qualquer hora ou lugar. Utilize a segurança de um Data Center, servidores e serviços de qualidade internacional para ampliar as fronteiras do seu negócio.

cordilheira software contábil **FOX** SISTEMA DE GESTÃO

ebs sistemas
www.ebs.com.br **20 ANOS**

SEJA UM REVENDEDOR
www.ebs.com.br/revenda

Tecnologia a favor do seu tempo

Grande São Paulo | Região Norte: 11 6221.2088 | Demais Regiões: 11 3956.5000



“setor público”

ação governamental

Marlene Ferreira Santiago

UMA ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA

O tributo, instituído como imposição que ocorre sempre que se concretiza uma hipótese de incidência, é fonte de recursos do Estado e tem como finalidade fazer frente às suas despesas. Ou seja, esses recursos devem ser aplicados em segurança, justiça, saneamento, saúde e educação, dentre outros. A imposição tributária no Brasil está associada à idéia de sacrifício, uma vez que o consumo privado é individualmente reduzido para dar provisão aos bens públicos e nem sempre os retornos ao cidadão são equivalentes ao ônus.

Fator significativo na análise da carga tributária são os custos causados às empresas pela questão tributária que refletem na economia como um limitador de crescimento e de lucratividade, diminuindo também o ingresso de novos investimentos, que indiretamente afetam a economia, por meio do repasse desses encargos.

Além da carga de tributos expressiva, existe a agravante de que o STB (Sistema Tributário Brasileiro) é um dos mais complexos do mundo, exigindo das empresas um nível de controle e gerenciamento das atividades tributárias, particularmente por parte dos responsáveis pela Controladoria e Contabilidade, o que acarreta mais custos administrativos às empresas.

Para sustentar a estrutura administrativa do setor público é necessário um esforço tributário elevado, que poderia ser paulatinamente reduzido se houvesse uma ampla reforma administrativa, com a ampliação das bases de incidência e melhor distribuição da carga tributária entre os contribuintes, a redução das despesas

públicas e a eficiência da ação governamental.

Porém, a última grande reforma tributária ocorreu no período de 1964 a 1967, quando foi criado um sistema tributário de caráter nacional e integrado. Esta reforma criou um sistema tributário tecnicamente avançado e promoveu uma substancial melhoria de qualidade da administração fazendária. No entanto, a equidade e o grau de centralização ficaram prejudicados.

Entre 2001 e 2002, voltou-se a discutir no Congresso Nacional uma proposta de uma nova Reforma Tributária para adequar os tributos ao novo ambiente econômico e social do País e da comunidade econômica internacional. Entretanto, pouco se avançou e a Reforma Tributária proposta se limitou ao possível. Interesses divergentes, que envolvem diversos aspectos do sistema tributário, combinados com a crise fiscal, que afeta as três esferas de governo, não permitiram uma Reforma Tributária mais ampla.

A CTB (Carga Tributária Brasileira) passou a ter registros sistemáticos a partir de 1947, quando a carga girava em torno de 13,8% do PIB (Produto Interno Bruto). Apresentou crescimento lento até atingir 18,7% do PIB, em 1958, e, a partir daí, apresentou uma queda, chegando a 15,8%, em 1962.

A CTB recuperou sua tendência ascendente na ocasião da grande reforma tributária ocorrida entre os anos de 1964 e 1967, alcançando 29% do PIB, no início dos anos de 1980. Observou-se, desde então, uma fase de declínio, quando, em 1983, atingiu 24% e esse declínio

permaneceu até o final da década de 1980.

Em virtude do Plano Collor, em 1990, a CTB estabilizou-se em aproximadamente 29%, mesmo patamar do início da década de 1980.

Com o Plano Real de estabilização da economia, esperava-se também uma diminuição da carga ou pelo menos sua estabilidade.

Porém, a carga tributária voltou a crescer alcançando 29,8%, em 1995. Pequenas oscilações foram medidas para mais e para menos até 1998, permanecendo em torno de 29%, ou seja, mesmo patamar do início dos anos 1980 e da implantação do Plano Collor.

A tendência mostrada, a partir de 1998, foi de crescimento, chegando a 2006 com a marca de 38,80% do PIB, colocando, assim, o Brasil no topo do *ranking* de maior taxa de América Latina e a quinta maior do mundo, conforme estudos divulgados pelo IBPT.

Uma das características do STB é ser muito dependente de impostos sobre a produção e circulação de bens e serviços, que atingem arrecadação de cerca de 14% do PIB, correspondente a 49% do total arrecadado, ou seja, tem preferência pela arrecadação de impostos indiretos sobre o consumo e não por impostos diretos, que oneram a renda e a propriedade.

Esses impostos indiretos oneram a produção quando mantêm em sua estrutura tributária contribuições e impostos cumulativos, que são determinantes do preço final ao consumidor, visto ser crescente à medida que a cadeia produtiva se alonga enquanto a taxa marginal decresce, definindo assim o preço



final de venda.

A carga dos tributos elevou-se nos últimos anos e o crescimento é explicado em grande parte pelo aumento da arrecadação de impostos cumulativos (PIS, Cofins, ISS e CPMF), que constituem cerca de 21,94% da arrecadação total, e do ICMS que equivale a aproximadamente 21% da receita tributária total, correspondendo a soma de todos esses tributos a 16,67% do PIB (Produto Interno Bruto) de 2006.

Desde dezembro de 2001, as alíquotas e as bases de cálculo para o pagamento de impostos e taxas vêm apresentando crescimento, que produzem um efeito nos custos tributários, que são parcela significativa nos custos operacionais das empresas e interferem nos preços e nos resultados. Como exemplo, pode ser citado o PIS sobre faturamento que teve a alíquota alterada de 0,65% para 1,65%, representando um aumento de 153%, passando a ser não-cumulativo. Ou seja, as empresas passaram a poder deduzir no seu cálculo, entre outros gastos, os custos de bens e serviços utilizados na produção.

O mesmo fato ocorreu com a

Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que apresentou alteração em sua alíquota no exercício de 2000, passando de 2% para 3%, o que representa um reajuste de 50%, mantendo-se estabilizada até final de 2003, quando passou a ser cobrada a alíquota de 7,6%, tornando-se também um imposto não-cumulativo.

Todos esses fatos contribuíram para que, no ano de 2006, a carga tributária brasileira alcançasse o patamar, segundo projeções do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) de 38,80% do PIB, representando um crescimento de 0,98 ponto percentual em relação a 2005, quando alcançou 37,82%.

Deste montante, a carga tributária administrada pela União chegou a aproximadamente 69,91% da arrecadação tributária total. O governo fixara um teto de 16% do PIB para a arrecadação administrada pela Receita Federal para o ano de 2005, meta essa não alcançada e notadamente crescente nos exercícios de 2005 e 2006.

A importância do efeito da estrutura tributária sobre o desempenho das empresas é discutida e analisa-

da por economistas, administradores e Contabilistas desde 1960. A responsabilidade que envolve essas atividades sob todos os aspectos é de total relevância dentro das organizações, indo desde o conhecimento específico da legislação tributária até a tomada de decisões que implicam redução de custos, como forma de obter vantagem competitiva.

A busca por mecanismos que possam controlar e reduzir o ônus tributário deve ser um dos objetivos da administração de recursos das empresas. Uma das formas de redução do ônus tributário é a gestão de tributos que possibilita o emprego de procedimentos tributários legitimamente inseridos na esfera da liberdade fiscal.

**MARLENE FERREIRA
SANTIAGO**

Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Ciências Contábeis e Administração da Unitau (Universidade de Taubaté).


e-contab[®]

O mais novo conceito de Tecnologia Contábil

Contabilidade | Folha de Pagamento | Fiscal | Adm. de Escritório | PPP

SISTEMAS CONTÁBEIS SEM TAXA DE MANUTENÇÃO MENSAL

DOWNLOAD
GRATUITO
PARA TESTES

www.e-contab.com.br

São Paulo 11 2626-1962
SP Interior 19 3525-6600

Teste os sistemas com apoio do nosso suporte e o programa de **suporte via ramal** (sem custo de ligação)



ALTERNATIVAS PARA A EXPANSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS NO BRASIL: POR UMA CULTURA DE PARTICIPAÇÕES

No momento em que buscava encontrar um tema para dissertação para o curso de mestrado em Ciências Contábeis, pesquisei vários assuntos, principalmente em relação à Auditoria Independente e ao mercado de capitais, temas que sempre me interessaram. Tendo já atuado em Auditoria Independente, buscava entender as potencialidades desse mercado e, principalmente, o porquê desse mercado não ser maior, dadas as dimensões geográficas, econômicas e populacionais do Brasil.

As conclusões que obtive seguem uma seqüência lógica: o mercado de Auditoria Independente no Brasil é relativamente pequeno porque nosso mercado de capitais também é pequeno. Pode parecer estranho uma afirmação como essa, considerando que o volume médio de negócios na Bovespa, ao longo de 2006, aproximou-se de US\$ 1 bilhão/dia. Particularmente nos últimos dois anos, o volume de negócios na Bovespa foi incrementado, mas não devemos nos iludir com isso. Comparações com números de outros países dão melhor dimensão do estágio embrionário em que nos encontramos. Por exemplo, somando-se a quantidade de empresas registradas nas três maiores bolsas americanas chega-se a algo em torno de sete mil companhias abertas. Se compararmos essa quantidade com a de companhias abertas no Brasil, notaremos que mal chegamos a 10% disso. Ainda assim, não se pode dizer que a totalidade das empresas listadas nas bolsas brasileiras tenha seus títulos negociados ativamente ou que estes tenham boa liquidez.

Por essa análise, conclui-se que a quantidade de companhias abertas é pequena comparativamente à nossa população. Se compararmos também o volume de negócios das bolsas brasileiras com o volume de compras e vendas de títulos públicos, tanto diretamente quanto por meio de fundos de renda fixa, veremos que o brasileiro investe em títulos do governo e não em ações de companhias abertas.

Na verdade, o fato de termos um mercado de capitais com potencial enorme de expansão não chega a ser uma má notícia. Poder-se-ia dizer, pelo contrário, que isso é como descobrir que temos uma fortuna em herança de um tio que sequer conhecíamos.

A grande questão é como expandir nosso mercado de capitais, como fazer esse *boom* acontecer. Pequenas parcelas de investimentos em títulos do governo que migrem para o mercado de ações fariam esse mercado duplicar, triplicar ou se multiplicar várias vezes, mas como fazê-lo? É claro que questões estruturais são importantes, tais como taxa de inflação, de juros e tributação. Mas não é só isso.

Tenho acompanhado com entusiasmo as iniciativas de órgãos como a Bovespa, no sentido de incentivar a melhoria das relações de confiança entre investidores e companhias abertas, mas acredito que o cerne da questão não foi ainda incluído na pauta da mídia, do governo e da sociedade: uma cultura de participações societárias que comece nas pequenas e médias empresas.

Digo isso porque depreendo como improvável que uma empresa familiar, que pode ter passado décadas protegendo seus segredos e estratégias a sete chaves, se lance numa empreitada de abrir seu capital e, portanto, expor os detalhes mais íntimos de sua gestão à comunidade de investidores. Quando muito, uma empresa familiar o fará na iminência de sério risco à sua sobrevivência. Ninguém faz *strip-tease* em praça pública, a não ser por coação. Por mais que outros fatores sejam relevantes, como a necessidade de diversificação por parte de investidores ou as teorias de Modigliani e Miller¹, o desenvolvimento do mercado de capitais de um país não é uma questão exclusivamente de técnica de finanças corporativas. Há uma questão cultural aqui envolvida. As famílias de empresários não estão acostumadas ao grau de exposição requerido pelo mercado e resistem a isso. Definitivamente, ficar esperando que as empresas familiares abram seu capital não vai nos levar a um capitalismo democrático e os últimos 20 anos de estagnação de nosso mercado nos servem de prova. Além disso, por mais que tenham entrado investidores estrangeiros em nossas bolsas, sabemos que esse capital é, em certa medida, especulativo e, principalmente, que não é nosso. Não contribui para a formação de um modelo brasileiro de capitalismo, assim como se formaram, cada qual à sua maneira, o modelo de capitalismo de bancos da Alemanha, os *keiretsu* japoneses e os modelos de capitalismo popular dos Estados Unidos e da Inglaterra, dentre outros, cuja

principal característica foi a de que as grandes empresas pertencessem à sociedade desses países, e não a estrangeiros ou a governos – a base do capitalismo democrático².

O que notei em minhas pesquisas foi que já no século XIX, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, muitas empresas de pequeno e médio portes mantinham investidores não-executivos, ou seja, investidores que não participavam da gestão das empresas investidas. Objetivando os benefícios decorrentes do crescimento do porte de suas empresas, tornou-se comum que os executivos buscassem outros investidores para aumentar seu capital e, com isso, enfrentar a concorrência, investir em propaganda, contratar pessoal qualificado etc. Houve também uma participação ativa de Contadores nos esforços de convencimento em relação à viabilidade do retorno e alguns pesquisadores atribuem à habilidade dos advogados americanos o mérito de adaptar para um novo ambiente de negócios o formato jurídico das antigas *chartered societies* (sociedades autorizadas) herdadas da Coroa Britânica³, transformando-as nas modernas sociedades anônimas.

Nesses casos, em que desde cedo a diretoria da empresa aprende a convi-

ver com sócios “de fora”, prestando-lhes informações, divulgando planos e dando transparência às contas, é razoável esperar que, com o crescimento de seu porte, a empresa vá naturalmente negociar seus títulos em grandes mercados acionários organizados, ou seja, se torne uma companhia aberta registrada.

Na outra ponta, um investidor que se acostume a analisar a razoabilidade das decisões da diretoria e avaliar a Contabilidade de uma pequena empresa da qual seja cotista tem maior conhecimento dos riscos e maior propensão a investir na grande empresa.

Assim, tendo em vista os exemplos históricos mencionados, o que se infere é que uma alternativa para a expansão de nosso mercado de capitais seria começar de baixo, ou seja, incentivar a formação de uma cultura de participações societárias em pequenas e médias empresas. Uma boa medida legislativa seria, dentre outras, a adoção de incentivos fiscais neste sentido, o que já foi feito nos Estados Unidos na década de 1930.

MARCOS ZÄHLER D'ÁVILA
Auditor e professor universitário.



BIBLIOGRAFIA

- ¹ Franco Modigliani e Merton Miller, ganhadores de Prêmio Nobel de Economia por seus estudos em relação à estrutura de capital de empresas.
- ² MORCK, Randall; STEIER, Loiyd. *The global history of corporate governance: an introduction*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2005
- ³ BLAIR, Margareth. *Reforming corporate governance: what history can teach us*. Berkeley: Business Law Journal, 2003

Etiquetas com Código de Barras ou Numeradas para Patrimônio ou Logística.

NOS MATERIAIS:
Alumínio, Aço Inox, Poliéster e Trans-Therm.

tuv CERT ISO TS 16949
BR TUV Certificado NBR ISO 9001
Member of **SGIA**

INDEMETAL® Etiquetas
R. Eloy Ricci, 272 - Vila Bandeirantes - Itu-SP - Cep 13.313-201
Fone: 11 - 4013.9600 e-mail: etiquetas@indemetal.com.br

VISITE NOSSO SITE
www.indemetal.com.br



CRITÉRIOS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As normas contábeis têm sido, ao longo do tempo, objeto de estudo no sentido de padronização de sua linguagem, em nível internacional. Os termos *USGAAP (United States Generally Accepted Accounting Principles)* são utilizados nos Estados Unidos para indicar o que chamamos no Brasil de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos.

Os princípios fundamentais de Contabilidade, em nosso País, são disciplinados pelo Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Com a evolução do sistema, foi instituído no Brasil o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), com a finalidade de padronizar as normas contábeis brasileiras em relação às internacionais, fato este que tende a resultar em redução do custo-Brasil, estímulo ao comércio transnacional e ampliação das negociações do país no mercado de capitais.

Vejamos, portanto, em linhas gerais, alguns aspectos sobre os princípios e as normas que direcionam o mundo da Contabilidade em nossos dias e a evolução que vem ocorrendo há décadas.

USGAAP - UNITED STATES GENERALLY ACCEPTED ACCOUNTING PRINCIPLES

USGAAP é a sigla utilizada para identificar a expressão *United States*

Generally Accepted Accounting Principles e significa Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América.

Em nível internacional, os órgãos reguladores mais conhecidos dos princípios e normas contábeis são os seguintes:

- *AICPA (American Institute of Certified Public Accountants)* - Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados.
- *APB (Accounting Principles Board)* - Junta de Princípios Contábeis.
- *FASB (Financial Accounting Standards Board)* - Junta de Normas de Contabilidade Financeira.
- *Accounting Standards Executive Committee* - Comitê Executivo de Normas Contábeis.
- *SEC (Securities and Exchange Commission)* - Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio.
- *IASC (International Accounting Standard Committee)* - Comissão Internacional de Padrões Contábeis.

Estes órgãos são encarregados de, entre outras atribuições, emitir pronunciamentos, interpretações, opiniões, boletins técnicos, relatórios e conceitos sobre a aplicação de normas contábeis em nível internacional.

A *APB*, criada em 1959, iniciou pronunciamentos sobre princípios contábeis em substituição ao *AICPA*. Em 1973, a *APB* foi reformulada e transformada na *FASB*.

A *FASB* é um órgão independente, reconhecido pelo principal órgão que regulamenta o mercado

americano de capitais, a *SEC*, com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis.

A aplicação do FAS 52, editado pela *FASB*, é obrigatória para a conversão de demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios contábeis norte-americanos (*USGAAP*).

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) surgiu com a Resolução CFC nº 1.055, de 7 de outubro de 2005, de iniciativa conjunta do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Apimec Nacional (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras).





O lançamento oficial do CPC ocorreu em cerimônia realizada na Bovespa, no dia 16 de agosto de 2006, apoiado também por diversos órgãos reguladores, como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o BCB (Banco Central do Brasil), e entidades como o Sindcont-SP (Sindicato dos Contabilistas de São Paulo) e o CRC SP (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo).

O comitê tem a missão de buscar mais transparência nas informações contábeis, de forma a reduzir custos dos demonstrativos financeiros das empresas, a centralização e a uniformização da produção de procedimentos contábeis, a fim de estabelecer, em médio prazo, um conjunto único de normas para aplicação no País, adequado aos padrões internacionais.

Na prática, o comitê terá função semelhante à do *FASB*, órgão responsável pela proposição de normas que podem, ou não, ser chanceladas pela *SEC*, órgão regulador do mercado de capitais nos EUA e do *IASB*, responsável pelos pronunciamentos contábeis na União Européia.

A presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, expressou sua opinião sobre a importância do CPC

no atual cenário de desenvolvimento da economia brasileira e lembrou ainda que a criação do comitê antecipa as mudanças que virão com a aprovação do Projeto de Lei nº 3.741/2000, que altera a Lei das Sociedades por Ações (SAs).

A adoção de um conjunto padronizado de normas contábeis, reconhecido no âmbito internacional, facilitará o processo de decisão dos investidores, contribuindo para a solidez do mercado de capitais no Brasil.

O CPC não é um órgão regulador e deverá reunir diversos segmentos da sociedade para estudar pronunciamentos técnicos, a serem sugeridos aos órgãos reguladores, como a CVM e o Banco Central.

O comitê foi estruturado em quatro coordenadorias:

- Operações: estrutura física e operacional.
- Relações Institucionais: relação com as entidades reguladoras e o governo.
- Relações Internacionais: representação do comitê junto a organismos governamentais e privados do exterior.
- Técnica: elaboração dos pronunciamentos a serem elaborados.

A instituição do CPC e sua oficialização pelas autoridades represen-

tativas do setor é, sem dúvida, um grande avanço no cenário contábil brasileiro e a implementação das operações que estão previstas certamente elevará os padrões nacionais ao nível das organizações internacionais que direcionam os princípios e normas contábeis em todo o mundo.

O comitê terá função semelhante à do FASB, órgão responsável pela proposição de normas que podem, ou não, ser chanceladas pela SEC, órgão regulador do mercado de capitais nos EUA e do IASB, responsável pelos pronunciamentos contábeis na União Européia.

PAULO LAURIANO
Contabilista, advogado, redator tributarista.



SOLUÇÕES EM SISTEMAS CONTÁBEIS E ERP? TEMOS O QUE VOCÊ PRECISA.

Folha de Pagamento
Contabilidade
Escrituração Fiscal
Controle Patrimonial
Administrador de Escritório

São Paulo 11 2626-1835
SP Interior 19 3522-8300
Tele vendas 0800 12 7455

SuperSoft
SISTEMAS
www.supersoft.com.br

SOLUÇÃO ERP - GESTÃO EMPRESARIAL

Controle Patrimonial, Compras/Recebimento, Contabilidade, Controle de Custos e Formação de Preços, Controle de Estoque, Controle Financeiro, Controle de Qualidade, Escrituração Fiscal, Folha de Pagamento, PPCP (Planejamento, Programação e Controle da Produção), Sac e Assistência Técnica, Controle de Vendas, Perfil Profissiográfico Previdenciário.



PARCERIA DO CRC SP COM O SEGURO-SAÚDE SULAMÉRICA ACCESS: MAIS VANTAGENS E CONQUISTAS PARA OS CONTABILISTAS

Graças à parceria do CRC SP com o Access Clube de Benefícios, empresa especializada na viabilização de benefícios, e a SulAmérica, uma das maiores seguradoras do Brasil, os profissionais registrados no Conselho já podem aderir ao Seguro-Saúde SulAmérica Access CRC SP.

Trata-se de uma apólice coletiva de seguro-saúde que coloca à disposição dos segurados uma extensa e altamente qualificada rede médico-hospitalar para atendimento em todo o Brasil. Além disso, os quatro hospitais brasileiros na lista dos melhores do planeta fazem parte da rede SulAmérica: três em São Paulo – HCor (Plano Básico), Samaritano (Plano Especial) e Albert Einstein (Plano Executivo), e um em Porto Alegre – Moinhos de Vento (Plano Especial). Esses hospitais foram credenciados pela *Joint Commision International*, instituição que oferece a maior certificação de qualidade em todo o mundo.

VANTAGENS

Os profissionais que aderem ao Seguro-Saúde SulAmérica Access CRC SP contam com condições especiais e vantagens excepcionais. Além de atendimento numa ampla rede referenciada de médicos, hospitais, clínicas e laboratórios em todo o Brasil, os profissionais possuem, em todos os planos deste seguro-saúde, a opção de livre escolha com reembolso de despesas. O seguro-saúde também inclui vantagens em preços e coberturas médicas (que vão além das exigidas por lei), como transplantes de fígado, pâncreas, coração, pulmão e de medula óssea, e coberturas especiais de fonoaudiologia, psicomotricidade e escleroterapia. Outro diferencial é a remissão do seguro, que oferece cobertura sem custos aos segurados dependentes durante três anos, em caso de falecimento ou invalidez total permanente do segurado titular.

Sem falar na Assistência Pessoal

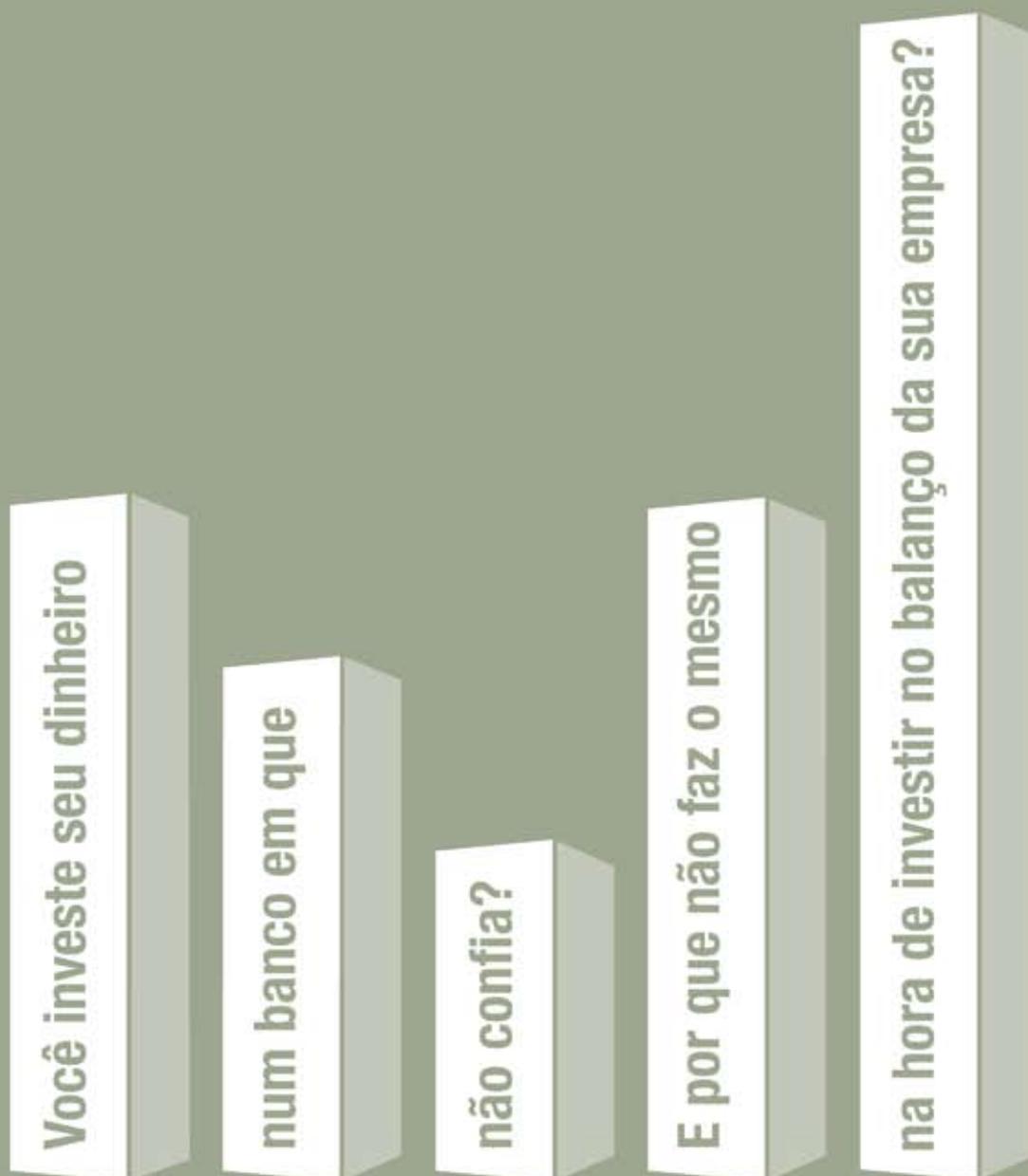
24 Horas, que presta aos segurados uma série de serviços de apoio em viagens, como no caso de doenças súbitas ou acidentes, transporte de acompanhantes, perda de bagagens ou documentos etc.

O PAPEL DO ACCESS CLUBE DE BENEFÍCIOS

A apólice coletiva de seguro-saúde estipulada pelo Access Clube junto à SulAmérica, em convênio com o CRC SP, disponibiliza um benefício diferenciado ao Contabilista. O Access possui estrutura moderna e profissionais qualificados, disponibilizando canais de atendimento personalizado para orientar e apoiar o segurado. Com isso, o Access torna-se um facilitador do acesso aos serviços prestados pela seguradora, agregando assim agilidade, conveniência e conforto à utilização do seguro-saúde.

PARA INFORMAÇÕES E ADESÕES, LIGUE PARA 11 3016.7006.





Publicar o balanço da sua empresa no Estadão é um excelente negócio, e uma grande oportunidade de atrair investidores com poder de decisão e que estão sempre atentos a números que sinalizem potencial de lucro. Anuncie o balanço da sua empresa no Estadão e valorize ainda mais a sua marca. Para anunciar, ligue (11) 3856 2080 ou pelo e-mail publicidade.legal@grupoestado.com.br

GRUPO ESTADO



O SIMPLES NACIONAL E O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, trata de diversos assuntos que afetam diretamente as microempresas e empresas de pequeno porte, como por exemplo: tecnologia, crédito, mercados e burocracia, por isso é chamada de Lei Geral.

A Lei Geral, no artigo 12, institui o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, chamado de Simples Nacional.

Simples Nacional, ou Supersimples, é o novo tratamento tributário simplificado que substituiu, desde 1º de julho de 2007, o Simples Federal (Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996).

O Simples Nacional engloba, em um único DARF, o IRPJ, IPI, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, INSS, ICMS e ISS. Dependendo da atividade, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão estar sujeitas

a outros impostos e contribuições, devendo efetuar o pagamento de forma adicional.

Os Contabilistas estão afetados em seus atuais procedimentos de orientação aos seus clientes quanto à opção pelo Simples, devendo se preparar e adequar em sua rotina diversas ações a fim de demonstrar qual a melhor opção de tributação para o faturamento de cada empresa, pois uma decisão equivocada poderá fazer com que as alíquotas sobre o faturamento sejam mais altas.

Outra situação que afeta os Contabilistas é a Resolução nº 10, de 28 de junho de 2007, do CGSN (Comitê Gestor do Simples Nacional), que dispõe sobre as obrigações acessórias relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), pois no artigo 3º (Livros Fiscais e Contábeis) é exigido o livro caixa e diversos livros fiscais.

O Conselho Federal de Contabilidade nomeou uma comissão de Contabilistas composta por Paulo Walter Schnorr, Domingos Orestes Chiomento, Eduardo Araújo de Azevedo, Marta Maria Ferreira Arakaki e Nivaldo Soares de Souza para estudar o assunto. Em reunião realizada no dia 4 de julho de 2007, a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bulgarim, entregou ofício para o secretário executivo do CGSN, Silas Santiago, com sugestões emanadas pela comissão sobre a Contabilidade Simplificada para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Para a comissão criada pelo CFC, a Contabilidade completa, ainda que de forma simplificada, permite ao micro e pequeno empresário ter um registro de fatos importantes que reflitam a situação patrimonial e financeira da empresa, situação que a utilização do livro caixa não permite.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A PREFEITURA DE MATÃO

O CRC SP firmou Convênio de Cooperação com a Prefeitura de Matão, no dia 10 de outubro de 2007, para beneficiar Contabilistas e contribuintes da região. O objetivo do acordo é a fiscalização preventiva, que resulta em mais segurança à sociedade.

Com esse acordo, documentos encaminhados à Prefeitura, que tenham a assinatura de um Contabilista, terão a garantia de que o profissional está legalmente habilitado.

O vice-presidente de Fiscalização do CRC SP, Domingos Orestes Chiomento, explicou que, com esse procedimento, “a sociedade de Matão terá a certeza de contar com profissionais contábeis registrados e ativos”.

Estavam presentes, além do vice-presidente, a chefe do Departamento de Fiscalização do CRC SP, Verônica Moreira Nunes, o delegado regional do CRC SP em Araraquara, Geraldo Luiz Tampellini, o delegado do Conselho em Matão, Walter Calabretti Filho, e o presidente da Câmara Municipal de Matão, José Edinardo Esquetini.

FAÇA A DIFERENÇA



CONTABILISTA!

O registro no CRC SP
é fundamental!

Qualifica o profissional,
proporciona novas oportunidades
e protege a sociedade.



Os profissionais registrados têm acesso a todos os benefícios e serviços prestados pelo CRC SP.

EVENTOS - PALESTRAS - CURSOS - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Respeite-se. Valorize-se.
Seja um Contabilista registrado.
Mais informações: www.crcsp.org.br



CRC SP E ENTIDADES CONTÁBEIS LANÇAM A CAMPANHA "UMA AÇÃO QUE VALE UM MILHÃO" COM A PRESENÇA DO PREFEITO GILBERTO KASSAB

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, elogiou o engajamento dos Contabilistas na campanha "Uma Ação que Vale um Milhão", lançada em 10 de outubro de 2007, na sede do CRC SP, juntamente com a edição da cartilha de mesmo nome.

"É uma campanha cívica do Conselho Regional de Contabilidade" – disse Kassab. "Tem da cidade de São Paulo um reconhecimento muito grande. O Conselho, pela formação daqueles que o compõem, tem a possibilidade de mostrar às empresas e aos cidadãos que existe uma maneira de contribuir sem nenhuma contrapartida do cidadão ou da empresa, porque não tem custo. E, portanto, a sua inserção na contribuição e na colaboração para ações para fundos, como o Fumcad, fortalece a campanha de cidadania na cidade de São Paulo".

A campanha, iniciada em 2002, visa à divulgação, pelos Contabilistas, da possibilidade de destinar parte do imposto devido nos percentuais de 6% e 1%, respectivamente, para Pessoas Físicas e Jurídicas, até o último dia útil de dezembro.

Desde a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em 1990, foi normatizada essa modalidade de renúncia fiscal por parte do governo



Prefeito Gilberto Kassab

federal, mas, por desconhecimento, esse tipo de doação quase não ocorre.

Como lembrou o presidente do CRC SP, gestão 2002-2003, Pedro Ernesto Fabri, que idealizou a campanha e a cartilha na época em que presidia o Conselho, "apesar dos contribuintes poderem doar há 17 anos, poucos fazem isso. Em 2002, apenas 1% foi destinado aos Fundos. Com a divulgação, cresceu para 5% em 2007".

Estavam presentes os representantes de órgãos governamentais e do Terceiro Setor voltados para a assistência à criança e ao adolescente, como o secretário estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, Rogério Amato, e os secretários municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pêsaro, e de Participação e Parceria, Ricardo Montoro.

Também compareceram os presidentes das Entidades Contábeis Congraçadas, como o presidente do Sescon-SP, José Maria Chapina Alcazar; o presidente do Sindcont-SP, Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos; o presidente da Apejesp, Sebastião Edison Cinelli; os vice-presidentes do CRC SP, Sergio Prado de Mello (Administração e Finanças) e Claudio Avelino Mac-Knight Filippi (Desenvolvimento Profissional).

O coordenador do CRC Social, Marcelo Roberto Monello, disse que iniciativas como a campanha são extremamente importantes para ampliar o leque de doações às crianças. "Ajudar a aumentar a arrecadação" – disse Monello - "mostra a função social que a Contabilidade vem assumindo".

O secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pêsaro, disse que realizou dois sonhos: ter o CRC SP como parceiro da Secretaria no programa "São Paulo Protege" e ver a cartilha "Uma Ação que Vale um Milhão" ser editada.

O presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, disse que uma ação forte como a campanha "pode arrancar pequenos brasileiros do mundo das drogas, do crime e da situação de miséria que presenciamos diariamente nas nossas ruas. Pode desencadear milhares de outras ações, que contribuirão para diminuir as injustiças sociais, aumentarão as oportunidades dos que não têm nenhuma esperança e multiplicarão a chance de muitos brasileiros viverem como cidadãos de fato".

A cartilha "Uma Ação que Vale um Milhão", está disponível no Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br, no link do CRC Social). Um simulador mostra ao contribuinte como fazer a doação.



Autoridades no lançamento



NOVAS CARTEIRAS PROFISSIONAIS A PARTIR DE OUTUBRO

Uma nova carteira profissional para Contabilistas está disponível desde o mês de outubro de 2007. As alterações foram determinadas pela Resolução CFC nº 1.093, de 29 de junho de 2007, que versa sobre a confecção da Carteira de Identidade de Contabilista, a Carteira de Identificação de Conselheiro, a Carteira de Registro Provisório e o Cartão de Registro Secundário.

O novo modelo foi elaborado com o intuito de dificultar falsificações e, conseqüentemente, oferecer mais segurança aos profissionais. A tecnologia, já fundamental no cotidiano dos Contabilistas, também foi levada em consideração.

O principal item de identificação é um chip criptográfico de 32 kb integrado. Além de ser um eficiente instrumento antifraude, esse chip permitirá ao usuário gravar dados cadastrais e realizar a certificação digital, com o respaldo de uma autoridade certificadora. Ao substituir a carteira, os Contabilistas poderão solicitar a certificação digital diretamente na Fenacon, que, como

certificadora, oferecerá o serviço gratuitamente por um ano.

O documento será composto por várias camadas e as informações serão gravadas a laser nessas camadas internas. Na camada externa, haverá o logo do CFC ao fundo, tarja anti-scanner e elemento ótico variável.

O material escolhido para substituir o papel foi o policarbonato, um tipo de plástico rígido e com boa durabilidade. A estimativa é de que a carteira esteja em condições de uso por, pelo menos, 10 anos.

A substituição das carteiras será gradual e facultativa. Os interessados deverão, por meio de requerimento, solicitar o novo documento ao Conselho Regional de Contabilidade no qual estão registrados. Haverá também a possibilidade de fazer esse pedido pela internet.

Para identificação dos profissionais com Registros Secundários e Provisórios serão seguidos modelos próprios. Ao profissional registrado secundariamente será fornecida Cartão de Registro.

Para garantir um atendimento eficiente aos Contabilistas que desejam obter o novo modelo de carteira, os colaboradores de todos os Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil realizaram um treinamento teórico e prático na sede do CFC, nos dias 20 e 21 de setembro de 2007.



Modelo da nova carteira



Processamento de folha de pagamento com: Fatos geradores, edição e memória de cálculo, informações gerenciais e muito mais.

TUDO O QUE VOCÊ JÁ FAZ E MUITO MAIS DE UM JEITO QUE VOCÊ NUNCA VIU

Acesse www.mastermaq.com.br/NGFOLHA e conheça outros recursos e possibilidades dessa solução.

0800 728 6200





CRC SP CONTINUA PROMOVENDO ATIVIDADES CULTURAIS MENSAIS

O Espaço Cultural do CRC SP surgiu com o objetivo de valorizar as artes plásticas. Por isso, mensalmente, o CRC SP e o IPH (Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo) organizam exposições de obras de arte.



*Luiz Antonio Balamint,
Clodoaldo Geovani e
Joaquim Carlos M. de Carvalho*

No dia 14 de junho de 2007, foi inaugurada a exposição “Vida Rural”, do artista Clodoaldo Geovani Martins. Os quadros expostos retratam a simplicidade da vida no campo, no interior de São Paulo. Nascido em Agulhas, no interior paulista, Clodoaldo começou a desenhar quando ainda era criança. O artista já expôs em diversos lugares como, por exemplo: Casa da Cultura Nicola de Muzzio, Salão de Pintura Acadêmica de Catanduva, Pinacoteca Gaffrè & Guinle (em Santos), Centro Cultural Banco do Brasil e Espaço Cultural V Centenário, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Marcando a noite, houve a apresentação do Coral Idepac, formado por alunos da ONG Idepac.

No mês de julho, a exposição “Arte Viva”, da artista Guiomar Rodrigues de Souza, foi a atração do Espaço Cultural. A abertura aconteceu no dia 5 de julho de 2007. Nascida em 1918, Guiomar sempre foi apaixonada pela pintura, chegando a pintar escondida de seus professores e a utilizar batom e sombra para olhos como material.

Guiomar realizou exposições individuais em diversos Espaços Culturais como o da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Sheraton Morfarrej, Espaço Cultural do Residence Sutton House e do Banco Real.

A noite do dia 5 foi bastante animada com a participação do Coral Fantasia Italiana, que interpretou canções tradicionais da Itália.



Guiomar de Souza

A exposição aberta no dia 2 de agosto de 2007, “Vivendo a Inocência”, do artista Gustavo Silva de Lima, retrata a infância. Gustavo nasceu em São Caetano do Sul e, desde

os 8 anos, já demonstrava talento para a pintura. A habilidade do rapaz rendeu-lhe uma bolsa de estudos e um curso no Ateliê Célia Rê, onde, mais tarde, passou a lecionar.



*Obra “Infância”, de Gustavo
Silva de Lima*

O grupo Rock’n Voice animou a noite com canções clássicas de rock cantadas à capela.

O coordenador da Comissão de Projetos Culturais do CRC SP e responsável pelo Espaço Cultural é o conselheiro Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, que também realiza as aberturas dos eventos. A curadoria das exposições é feita pelo superintendente do Patrimônio Cultural da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Emanuel von Lauenstein Massarani.

O Espaço Cultural CRC SP fica na sede da entidade, na rua Rosa e Silva, 60, Higienópolis. Na abertura das exposições, solicita-se um quilo de alimento não-perecível, que é doado para instituições assistenciais.



SOLUÇÕES DE BPO AGILIZAM PROCESSOS DO CRC SP

As facilidades proporcionadas pela tecnologia da informação tomaram conta dos processos do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. Para atender melhor e de forma mais ágil ao público e melhorar a qualidade dos serviços prestados, a instituição contratou uma empresa especializada em soluções completas de *Business Process Outsourcing* (BPO, ou terceirização dos processos de negócios), a TCI, para resolver algumas carências em termos de gestão dos documentos e das informações e agilizar os processos.

Para o CRC SP, a TCI desenvolveu e implementou um amplo projeto que envolve ações de digitalização dos documentos físicos em forma de papéis e microfichas (essas, conhecidas como jaquetas) e a disponibilização do conteúdo na internet, com fácil acesso ao público. Para fazer isso, a empresa se deparou com alguns desafios. O maior deles, segundo a gerente de negócios da TCI, Bernarda Lyra, foi o manuseio dos documentos devido à “idade” e conservação. “Trabalhamos com um material com mais de 20 anos, o que ocasiona dificuldade de manuseio”, explica.

Para melhorar a gestão do conteúdo das microfichas, a empresa implementou o Projeto Jaquetas entre setembro de 2006 e julho de 2007. São ações que envolvem o GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos), centralização e digitalização das jaquetas, armazenamento do acervo e implantação de sistemas para consultas de localização e visualização de imagens.

Entre os benefícios do Projeto

Jaquetas do CRC SP, a executiva da TCI cita a possibilidade de a instituição se focar nos seus processos centrais, a fim de evitar o desperdício de recursos humanos com atividades meio, ou seja, que estão ao redor dos seus objetivos principais. Outros ganhos importantes gerados pelo projeto, segundo Bernarda Lyra, são segurança e integridade das informações, perenidade do acervo de documentos, ganhos sociais com melhora dos serviços prestados ao público e prestação de serviços e fornecimento de produtos eletrônicos por meio da internet, de forma gerenciada por soluções de TI com GED.

As operações do Projeto Jaquetas ocorrem em várias etapas desde o recebimento da microficha até a disposição da informação na internet, por meio de um *software* de gerenciamento de conteúdo chamado *Content Manager*. “As jaquetas são recebidas, conferidas e lançadas em uma planilha, de onde se emite um protocolo para seu envio à digitalização. Após isso, as imagens geradas são conferidas, arquivadas e tratadas. As jaquetas são auditadas e as imagens

são liberadas para o *Content Manager*, onde são novamente auditadas. Dessa maneira, estas etapas envolvem profissionais para recebimento, operação, controle de qualidade, além da área de TI”, explica a gerente.

CONTENT, O SOFTWARE QUE GERENCIA CONTEÚDO

A opção pelo *Content Manager* como *software* para gerenciar o conteúdo do Projeto Jaquetas se deu por três pontos principais: gestão dos documentos eletrônicos, arquitetura Web e acesso ao sistema por meio de autenticação com certificação digital. Entre as principais características e vantagens do *Content* estão a possibilidade de o *software* realizar diversos trabalhos, como a criação de pastas e documentos em níveis hierárquicos; o gerenciamento de usuários da aplicação; o armazenamento das pesquisas mais frequentes e consultas rápidas e avançadas; além do controle de perfis de acesso e de permissão a documentos, pastas e arquivos.





DOS DEVERES EM RELAÇÃO AOS COLEGAS E À CLASSE

A conduta do Contabilista com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe.

O espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou convivência com o erro ou com os atos infringentes de normas éticas ou legais que regem o exercício da profissão.

O Contabilista deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

1. abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;
2. abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam

as mesmas condições que ditaram o referido procedimento;

3. jamais se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenham participado, apresentando-os como próprios;

4. evitar desentendimentos com o colega a que vier a substituir no exercício profissional.

O Contabilista deve, com relação à classe, observar as seguintes normas de conduta:

- a) prestar seu concurso moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa;
- b) zelar pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;
- c) aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a justa recusa;

d) acatar as resoluções votadas pela classe contábil, inclusive quanto a honorários profissionais;

e) zelar pelo cumprimento deste Código de Ética;

f) não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil;

g) representar perante os órgãos competentes sobre irregularidades comprovadamente ocorridas na administração de entidade da classe contábil;

h) jamais se utilizar de posição ocupada na direção de entidades de classe em benefício próprio ou para proveito pessoal.

Fundamentação legal: artigo 9º, § único, artigo 10 e incisos do Código de Ética Profissional do Contabilista, aprovado pela Resolução CFC n° 803/96.



4 SISTEMAS TOTALMENTE INTEGRADOS NUM ÚNICO PACOTE

- ▶ FOLHA DE PAGAMENTO
- ▶ CONTABILIDADE CLM
- ▶ ESCRITA FISCAL
- ▶ CÁLCULO DE TRIBUTOS EM ATRASO



- ▶ Experiência de 15 anos de mercado
- ▶ Mais de 5 mil clientes satisfeitos
- ▶ Soluções na medida certa para sua empresa

Tele vendas: 0800 7702040

Ao adquirir o sistema MultiCopan, você terá o que há de mais prático e moderno para a contabilidade da sua empresa. São mais de 30 profissionais especializados, uma equipe de consultores à sua disposição, suporte técnico telefônico, atendimento personalizado, tudo para resolver quaisquer dúvidas, receber sugestões, garantir qualidade e manter o sistema atualizado e modernizado.

20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: QUALIDADE DAS PALESTRAS GARANTIU O SUCESSO DO EVENTO

O lema “Contabilidade: excelência na gestão” cumpriu com louvor seus objetivos na 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, realizado no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, de 15 a 17 de agosto de 2007.

Os números são grandiosos: 2.500 participantes assistiram aos eventos paralelos e às palestras, de acordo com suas preferências profissionais. Foram 31 palestras sobre Auditoria Interna, Auditoria Externa, Empresas de Contabilidade, Perícia/Arbitragem/Mediação, profissionais em geral e Área Pública, cinco eventos paralelos e o 38º Encontro Geral de Delegados do CRC SP.

Durante três dias, 3 mil pessoas visitaram a Feira de Negócios que funcionou paralelamente ao maior evento contábil que aconteceu neste ano no Estado de São Paulo. A Feira, com 58 estandes, mostrou as últimas tendências de ferramentas tecnológicas para o setor, lançamentos editoriais de livros da área, além de servir como ponto de

encontro e de contatos profissionais entre os participantes.

Profissionais contábeis de todo o Brasil se deslocaram para São Paulo para ouvir palestrantes de altíssimo nível técnico e eventos paralelos que abordaram outros temas de interesse do Contabilista moderno: a situação da mulher Contabilista, o engajamento em ações sociais, o jovem profissional contábil que está chegando ao mercado e o ensino da Ciência Contábil.

A cultura e o lazer não foram deixados de lado nesta 20ª Convenção: shows musicais, um dos quais com a cantora Marina Elali, e a palestra do cineasta e jornalista Arnaldo Jabor, da TV Globo e Rádio CBN, trouxeram

aos participantes o lazer e o pensar que fazem a diferença.

Para o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, os números vitoriosos da 20ª Convenção mostram que a meta do evento foi amplamente atingida: “Queríamos reafirmar que os Contabilistas estão deixando de fazer as tarefas dardistas para assumir seu papel de gestor e principal aliado do empreendedorismo brasileiro”.

“A 20ª Convenção”, disse Balaminit, “conseguiu mostrar essa mudança e ficará como um marco da nossa arrancada para que a Contabilidade seja uma das três principais profissões no Brasil”.



CONTMASTER®

Vale a pena conhecer

CONTABILIDADE GERAL
+ Ativo + Lalur
CONTABILIDADE ANS
+ Ativo + Lalur
(desenvolvida na mais moderna linguagem de programação)

A MELHOR INTEGRAÇÃO

C.I.A
Cálculo de impostos atrasados e no prazo

FOLHA DE PAGAMENTO
(atende 99% das empresas do mercado)

CONTROLLER
(administrador de escritório)

ESCRITA FISCAL
(ágil e prática)

LUCRO PRESUMIDO
(atende empresas optantes pelo lucro presumido)

CONTMASTERWEB

Site institucional com publicação de documentos

Visite nosso site: www.contmaster.com.br

São Paulo: (11) 3106-7605 - Grande São Paulo: (11) 4458-0181 - Jacareí: (12) 3954-4100 - S. José do Rio Preto: (17) 3234-1910 - Araçatuba: (18) 3608-5343

**15 DE AGOSTO DE 2007**

20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMEÇA COM SOLENIDADE DE GALA

A 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo teve uma abertura grandiosa, iniciada com um vídeo sobre a importância na profissão contábil na atualidade.

Em seguida, a mesa diretora da solenidade foi composta pelos presidentes das seguintes entidades: CRC SP (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo), Luiz Antonio Balamínut; CFC (Conselho Federal de Contabilidade), Maria Clara Cavalcante Bugarim; CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais), Francisco Antonio Feijó; Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil da Diretoria Nacional), Francisco Papellás Filho; Fecontesp (Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo), Mauro De Martino Júnior; Sescon-SP e Aescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo), José Maria Chapina Alcazar; Sindcont-SP (Sindicato dos Contabilistas de São Paulo), Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos; Ibracon-5ª Seção Regional (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil da 5ª Seção Regional), José Luiz Ribeiro de Carvalho; Apejesp (Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo), Dorival Lasso Ortega; Associação dos Contadores Municipais

de São Paulo, Manoel do Nascimento Veríssimo; Febrapam (Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores), presidente do Conselho Deliberativo, Rubens Monton Coimbra; Audibra (Instituto dos Auditores Internos do Brasil), Oswaldo Basile; Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas), Antonio Marangon, representando o presidente Valdir Pietrobon, e o presidente do CRC SP, gestão 1989-1990, e detentor da Medalha João Lyra, Sérgio Approbato Machado.

As entidades organizadoras do evento foram anunciadas com a entrada dos seus estandartes. Em ordem alfabética entraram a Aescon-SP,

Apejesp, CRC SP, Fecontesp, Ibracon, Sindcont e Sescon-SP.

A entrada das bandeiras do município e do Estado de São Paulo e da bandeira brasileira marcou o início da 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, o maior evento contábil do ano no Estado. Assim que as centenas de convençionais e convidados presentes no Grande Auditório do Palácio das Convenções do Parque Anhembi terminaram de ouvir o Hino Nacional, o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamínut, anunciou a abertura do evento.

Foram três dias, de 15 a 17 de agosto de 2007, de intensa programação com palestras e eventos paralelos, focados nas áreas de maior interesse para os Contabilistas: Auditoria Interna, Auditoria Externa, Empresas de Contabilidade, Profissionais, Perícia/Arbitragem/Me-



Presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamínut na abertura da 20ª Convenção



Entrada dos estandartes das entidades organizadoras

enquanto a cantora Vanessa Lopes cantava a música *Maria, Maria*, dos compositores Milton Nascimento e Fernando Brandt, era apresentado um vídeo com fotografias da presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, em vários momentos de sua carreira.

A emoção continuou com a entrega, pelo presidente Balaminit, da Medalha Professor Hilário Franco à presidente do CFC. A comenda é destinada a agraciar o Contabilista que se distingue na doutrina e na pesquisa da Ciência Contábil ou que tenha defendido, com distinção, dissertação de mestrado ou tese de doutorado em instituições de pesquisa ou na área do ensino contábil ou com a autoria de obras literárias na esfera da Contabilidade.

Agradecendo, a emocionada pre-

dição e Área Pública.

Os presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade de outros estados presentes à solenidade receberam uma pequena lembrança

numa homenagem surpresa feita pelas Entidades Congraçadas do Estado de São Paulo.

Em seguida, aconteceu mais um momento de intensa emoção:

GPS FGTs CAPP

Empregados: 414 FGTs em 17 estados 28,87 R\$ mil/mês

SOLUÇÃO CONTÁBIL INTEGRADA ALTERDATA

Empresas: 28.877

Assessoria: 28.877

Milhares de empresas optaram por aumentar sua lucratividade com a Solução Contábil Alterdata em 2006.

Faça o mesmo em 2007. Conheça nossa solução.




ALTERDATA
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

0800-704-1418
www.alterdata.com.br

Verifique as condições de compra pelo Cartão  BNDES

Filial e Representações em: AL - Maceió • AM - Manaus • BA - Feira de Santana; Salvador; Vitória da Conquista • CE - Fortaleza • DF - Brasília • ES - Cachoeira de Itapemirim; Linhares; Vitória • GO - Goiânia • MA - Imperatriz; São Luís • MG - Belo Horizonte; Cataguases; Governador Valadares; Juiz de Fora; Montes Claros; Teófilo Otoni; Uberlândia • MS - Campo Grande • MT - Cuiabá • PA - Belém; Castanhal • PE - João Pessoa • PI - Petrolina; Recife • PR - Curitiba; Londrina • RJ - Angra dos Reis; Araruama; Campos; Duque de Caxias; Itaperuna; Macaé; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Petrópolis; Rio de Janeiro; São Gonçalo; Teresopolis; Volta Redonda • RN - Natal • RS - Lajeado; Passo Fundo; Porto Alegre • SC - Florianópolis • SE - Aracaju • SP - Ribeirão Preto; São Paulo; Sorocaba.



sidente do CFC disse que receber a comenda representa a imensa confiança nela depositada pela classe contábil, pois Hilário Franco é “uma lenda indelével na história da Contabilidade brasileira, que encerrou com chave de ouro o exercício de conquistas do século vinte”.

O presidente do Sescon-SP, José Maria Chapina Alcazar, falou em nome das Entidades Congraçadas do Estado de São Paulo, ressaltando a importância do trabalho desenvolvido pelos representantes dos Contabilistas paulistas na organização da 20ª Convenção.

“No momento em que alterações profundas atingem a profissão, é fundamental a consultoria estratégica que os Contabilistas representam para o empreendedorismo” – disse Chapina.

A Contadora Maria Clara voltou a se pronunciar, desta vez, para, como presidente do CFC, parabenizar São Paulo pela realização do evento. “Toda iniciativa classista bem intencionada”, disse ela, “ainda que local, quando desafia décadas com largueza de espírito, necessariamente, expande-se para esferas mais elevadas. De experiências regionais, como esta, podem e devem ser tirados muitos



Maria Clara recebe do presidente Balamínut, com muita emoção, a Medalha Professor Hilário Franco

e bons exemplos para o desenvolvimento dos Contabilistas, em nível nacional”.

O último discurso da noite foi do presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamínut. Ele lembrou que do lema da 20ª Convenção, “Contabilidade: excelência na gestão”, se depreende a continuação da busca da informação com qualidade, do aperfeiçoamento, do foco às atualizações

e à nova vocação contábil, voltada para a gestão e para a orientação às empresas, aos negócios e ao aumento da criatividade”.

“Os Contabilistas devem ser cidadãos do seu tempo”, disse Balamínut. “Devem ter a mente aberta para o conhecimento, para o enfrentamento dos novos desafios e a dedicação que a profissão deve oferecer à sociedade”.

Ele também disse que os profissionais contábeis são “parte integrante desta bela Nação. Queremos mostrar que os brasileiros podem contar com a solidez, a coragem, a integridade e o equilíbrio que a boa Contabilidade pode oferecer para o engrandecimento do nosso País e da nossa cidadania”.

A solenidade que abriu a 20ª Convenção dos Contabilistas foi encerrada com muita alegria e descontração graças ao show musical *Isto é Hollywood* e à apresentação dos grupos Jazz Brothers e Mágicos de Rua.



Apresentação do show musical “Isto é Hollywood”

Por que pagar mais, se você pode ter o melhor pagando menos?



Dpcomp Sistemas.



Escrita Fiscal

R\$ **69**,⁰⁰
/ por mês

Nota Fiscal Eletrônica (RPS)
Apurações Federais
Relatórios e Guias via E-mail
Declarações Eletrônicas
Ciap-Ciaf

Sintegra
Sinco e portaria INSS/Direp 42
DMG
DIPJ
DNF

DCTF
PJ do SIMPLES
GIA
Livro Caixa
Livro de inventário



FOLHA



CONT



FISC



FAT



FINAN



STOCK



SUPRI



CALL

Folha de Pagamento Contabilidade Escrita Fiscal Faturamento Financeiro Estoque Suprimentos Call Center

www.dpcomp.com.br

TELEVENDAS
0800 015 55 61



15 DE AGOSTO DE 2007

HOMENAGEM AO SISTEMA CFC/CRCs

Durante a solenidade de abertura da 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, o CRC SP homenageou os presidentes de diversos CRCs do País, presentes no evento.

Receberam as homenagens os presidentes dos CRCs de Alagoas, Carlos Henrique do Nascimento; Bahia, Edmar Sombra Bezerra; Ceará, Osório Cavalcante Araújo; Distrito Federal, João Carlos

Coelho de Medeiros; Espírito Santo, Paulo Vieira Pinto; Goiás, Edson Cândido Pinto; Maranhão, Celso Antônio Lago Beckman; Mato Grosso do Sul, Luiz Henrique de Souza; Minas Gerais,





Paulo César Consentino dos Santos; Pará, José Nonato da Silva; Paraíba, Aderaldo Gonçalves Nascimento Júnior; Pernambuco, Nelson Mitimasa Jinzenji; Rio de Janeiro, Antônio Miguel Fernandes; Rio Grande do Sul, Rogério Costa Rokembach, e Santa Catarina, Nilson José Goedert.

A presidente do CRC do Rio Grande do Norte, Maria do Rosário de Oliveira, foi homenageada no dia 16 de agosto de 2007, logo após o debate “Mulher faz acontecer”. Devido a um atraso no voo, ela não chegou a tempo para o evento de abertura.



Segurança e controle total para a internet da sua empresa.

Virus, hackers, bate-papo, downloads, são apenas algumas das ameaças à segurança de sua empresa e de seus clientes.



O BRMA® é uma ferramenta indispensável. Com ele, além de toda proteção, você gerencia e tem controle total sobre tudo o que acontece na internet em sua empresa.

O MessengerPOLICY® garante o uso produtivo e seguro do MSN® da sua empresa. Programas de troca de mensagens podem ser aliados, pois dinamizam a comunicação e reduzem os custos, mas o mau uso traz improdutividade, distração e risco a seus dados.

MSN® é uma marca registrada da Microsoft Corporation nos Estados Unidos e em outros países. BRMA® e messengerPOLICY® são marcas registradas da BRInovex®.

BRASIL
INFORMÁTICA

(11) 2176-8899

[vendas@brasil-info.com.br](mailto: vendas@brasil-info.com.br)

Para saber mais, acesse:
www.brasil-info.com.br

www.brasil-info.com.br

**16 e 17 DE AGOSTO DE 2007**

PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

Nos dias 16 e 17 de agosto de 2007, os participantes da 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo puderam escolher os temas que mais lhes interessavam. Renomados especialistas abordaram os assuntos mais atuais e de interesse da profissão contábil.

A seguir, um resumo de tudo o que foi tratado durante todo o evento.

16 DE AGOSTO DE 2007

COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO CPC EXPLICA AS FUNÇÕES DO COMITÊ

O vice-presidente da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Alfred Karl Plöger, discorreu sobre o tema “A criação e a função do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)”.

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC foi lançado oficialmente em agosto de 2006. O

*Alfried Karl Plöger*

foco do Comitê é a “convergência da Contabilidade brasileira com os padrões internacionais”.

Plöger, que também é coordenador de relações institucionais do CPC, explicou que os principais objetivos da entidade são “o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza”.

O CPC é formado por seis entidades: Abrasca, Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), Bovespa, CFC, Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras) e Ibracon (Instituto de Auditores Independentes do Brasil), mas sua atuação é totalmente autônoma.

EMPREENDEDORISMO NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Uma das primeiras palestras do dia foi ministrada pelo Contador e empresário contábil Renato Francisco Toigo, que abordou o tema “A empresa contábil como opção profissional”.

Com uma explanação bastante clara, Toigo apresentou aos ouvintes o que considera os pressupostos para ser um bom profissional contábil. Para ele, é fundamental que os Contabilistas tenham uma visão de futuro e tracem objetivos para suas vidas profissionais.

Quem desejar abrir uma empresa contábil deve estar sempre atento ao mercado. Além de conhecer quais são as necessidades dos clientes, é fundamental

*Renato Francisco Toigo*

oferecer um diferencial. Segundo Toigo, atendimento personalizado e a elaboração de planejamentos estratégicos para cada cliente são opções que contribuem para tornar uma empresa singular.

NOVAS FERRAMENTAS MODERNIZAM O TRABALHO DO CONTABILISTA

O Contabilista e advogado tributarista João Miguel da Silva abordou o tema “O profissional da Contabilidade e a inteligência fiscal” durante a primeira rodada de palestras da 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo.

O auditório estava lotado de Contabilistas interessados em conhecer mais sobre as tecnologias que já influenciam ou irão influenciar o cotidiano de suas profissões, durante os próximos anos.

Além de explicar aos presentes como funciona o Sped (Sistema Público de Escrituração Digital), João Miguel discorreu sobre uma ferramenta que já está em vigor no

PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

Estado de São Paulo: a Nota Fiscal Eletrônica ou NF-e.

O Contabilista destacou que os profissionais devem estar preparados para encarar uma nova realidade no fazer da profissão, pois com o sistema de inteligência fiscal que está sendo desenvolvido, o monitoramento de empresas e contribuintes tende a se tornar ainda mais ágil e eficiente.



João Miguel da Silva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE AGREGA VALOR PARA ORGANIZAÇÕES

A Auditoria Interna praticada no Brasil já tem uma certificação que atesta sua qualidade. Trata-se da *CIA (Certified Internal Auditor)*, instituída em 2001 pelo Audibra (Instituto dos Auditores do Brasil).

Para discorrer sobre Auditoria Interna e as Normas Internacionais que estão valendo para o exercício profissional, além de certificação e programas de qualidade para a área, os Auditores José Juarez de Paula Freire e Wagner Roberto Pugliese falaram para uma atenta platéia.

Os dois palestrantes concordam que uma das boas práticas da ado-



Wagner Roberto Pugliese

ção das Normas Internacionais pela Auditoria é a exigência do desenvolvimento de processos de gestão da qualidade.

“Sem dúvidas” – disseram ambos,



José Juarez de Paula Freire

“esta é uma forma de garantir a melhor prestação de serviços e agregar valor para suas organizações”.

ARBITRAGEM COMEÇA A SER ACEITA

Desde a época do Brasil Império, a Arbitragem era usada no Brasil. No entanto, foi com o advento da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que essa alternativa pas-

sou a ser reconhecida e, hoje, pode ser considerada como uma prática aceita.

“O futuro da Arbitragem”, tema da palestra do especialista em Mediação e Arbitragem, Alexandre Palermo Simões, foi uma verdadeira aula para quem tem interesse ou trabalha nessa área.



Alexandre Palermo Simões

Simões esclareceu que o Brasil ratificou a Convenção de Nova York, em 2002, que reconhece e executa sentenças arbitrais estrangeiras, o que revigora o leque de opções para que outros profissionais, além dos magistrados, possam decidir uma questão, sempre que as partes manifestem, de comum acordo, a vontade de se submeter ao procedimento arbitral.

“Novos espaços de atuação se abrem”, disse Simões, “e cremos que o Brasil terá um aumento significativo, tanto quantitativo quanto qualitativo, do uso da Arbitragem”.

A DIFICULDADE DA IMPLANTAÇÃO DAS PPPs

Os contratos baseados na Lei nº 11.079, das Parcerias Público-privadas, sancionada em 30 de dezembro de 2004, não serão fáceis de



PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS



Ivan Barbosa Rigolin

serem celebrados, mas também não são impossíveis de serem feitos.

Esta é a opinião do advogado especializado em Direito Público, Ivan Barbosa Rigolin, palestrante que discorreu sobre as Parcerias Público-privadas. Segundo Rigolin, que também é assessor e consultor jurídico de prefeituras e câmaras municipais, a PPP é um contrato de prestação de serviços de médio e longo prazos que a administração pública celebra com o setor privado.

“Será que sai algum contrato?” – indagou o palestrante. Durante sua explanação, Rigolin fez uma minuciosa explicação comentada de cada artigo da lei para, então, concluir: “É preciso investir nas PPPs; pode ser proveitoso para o País”.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DÃO CONFIANÇA AO MERCADO DE CAPITAIS

O diretor da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Durval José Soledade Santos, falou com muita ênfase sobre o papel da Auditoria para o mercado de capitais, na palestra sob sua responsabilidade intitulada “A

evolução do mercado de capitais no Brasil e a importância da Auditoria das demonstrações contábeis”.

Para ele, é fundamental que os investidores confiem nas informações de natureza contábil fornecidas pelas demonstrações. “Desde a implantação da Lei Sarbanes-Oxley”, disse Santos, “a necessidade de comunicar



Durval José Soledade Santos

essas informações de maneira muito precisa aumentou muito e o papel do Auditor Independente tornou-se fundamental”.

Os aspectos técnicos com relação à convergência das Normas Internacionais de Contabilidade também têm sido observados pelos Auditores, segundo o diretor da CVM. Ele também destacou o valor estratégico que o mercado de capitais vem representando para o País.

A INTERDEPENDÊNCIA POSITIVA ENTRE FAMÍLIA E EMPRESA

A postura de pais e mães em relação aos seus empregos influencia diretamente a escolha profissional e a atitude dos filhos nas suas futuras

carreiras. Essa tese foi defendida pelo empresário e conferencista Dimitrios Asvestas, que falou com muito bom humor sobre “Integração família-empresa”.

“Que visão tem uma criança sobre trabalho se, diariamente, ouve seu pai reclamar do seu emprego e sente seu desinteresse pelo trabalho?”, perguntou Asvestas. “Com certeza”, ele respondeu, “essa criança não terá motivação para buscar uma carreira de sucesso”.

O contrário também pode influir negativamente na vida familiar. Quando a dedicação excessiva ao trabalho tira os pais do convívio familiar, o relacionamento com os filhos se deteriora.

“Tudo está interligado”, pontificou o palestrante. “A família deve ser a razão de buscarmos o crescimento profissional, mas as pessoas não devem deixar de lado aspectos



Dimitrios Asvestas

importantes para a vida, como a convivência familiar”.

E terminou: “Ver o crescimento dos filhos, dar atenção aos companheiros e amigos, observar as coisas simples e belas da vida, esses são os verdadeiros valores.”

PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

O CONTABILISTA, PROFISSIONAL COM VISÃO DOS NEGÓCIOS

Para o presidente da Fundação Nestlé de Cultura e diretor de Assuntos Corporativos da Nestlé Brasil, Carlos Roberto Faccina, o Contabilista deve assumir, além de suas funções clássicas de controle, as competências do profissional que tem uma ampla visão dos negócios.

“O Contabilista”, disse Faccina, “deve se apresentar não só como o elaborador de resultados, mas também como o profissional que analisa e aponta alternativas para que a empresa faça escolhas seguras, tornando-se,



Carlos Roberto Faccina

assim, competitiva”.

O executivo falou sobre “Perspectivas profissionais dos Contabilistas”, um tema de grande interesse para os profissionais, que compareceram em grande número para ouvi-lo. Ele também enfatizou que a Governança Corporativa e a ética dos resultados são pontos chaves para a imagem e a competitividade empresarial, sobretudo, dos Contabilistas, responsáveis pelos resultados que tornarão as empresas confiáveis para investimento.

CONTROLE E GESTÃO DE RISCOS É TEMA DE PALESTRA

O diretor de *Governance Risk and Compliance Services*, da PricewaterhouseCoopers, Silvio Alves de Souza, abordou o tema “Coso como modelo de controle e gestão de riscos corporativos”.



Silvio Alves de Souza

Em sua palestra foram abordados os pontos que devem ser observados pela Auditoria Interna. Dentre eles, merecem destaque os Controles Internos, que implicam em gerenciamento de riscos.

O Coso é uma organização voluntária do setor privado, que “está empenhada na melhoria da qualidade dos relatórios financeiros por meio de ética empresarial, controles internos eficazes e governança corporativa”, explicou o palestrante.

Silvio apresentou os aspectos que devem ser considerados para o gerenciamento de riscos corporativos. São eles: conhecimentos dos objetivos, identificação de riscos e oportunidades e a avaliação da probabilidade de ocorrência de riscos e o impacto nas operações.

NOVAS TECNOLOGIAS INFLUENCIAM OS RUMOS DA PERÍCIA

A vice-presidente da Febrapam (Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores) e Perita Judicial, Lilian Prado Caldeira, discorreu sobre “Os novos rumos da Perícia Judicial e Extrajudicial”.

Lilian enfatizou que o ponto de partida para a atuação de um Perito é sempre a necessidade do conhecimento técnico para a análise de uma determinada questão.

Em sua apresentação, a Perita utilizou matérias publicadas na imprensa para exemplificar em quais casos a Perícia é privativa do profissional contábil. Para ela, situações que envolvem a formação de caixa dois devem, sem qualquer dúvida, serem analisadas por Peritos da Contabilidade.

Para Lilian, no futuro, a Perícia relacionada à Contabilidade será responsável pelos casos de fraudes eletrônicas, que aumentam cada vez mais devido à difusão de tecnologias.



Lilian Prado Caldeira



PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE GASTOS NO SETOR PÚBLICO

O Controle Interno implica em fiscalização de gestão fiscal. Tal gestão deve enfatizar o atingimento de metas (de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias), os limites e condições para a realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.



Walter Penninck Caetano

Esse foi um dos pontos abordados pelo vice-presidente da ABOP-SP (Associação Brasileira de Orçamento Público) e especialista em Administração Financeira e Orçamentária, Walter Penninck Caetano, em sua palestra sobre “Controle Interno no Setor Público”.

Walter destacou a atuação dos Tribunais de Contas e do Controle Interno, que são responsáveis por alertar os Poderes e Órgãos em alguns casos, como, por exemplo, quando as despesas com pessoal ultrapassam o limite de 90% do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Focando na LRF, Walter destacou a necessidade de uma mudança cultural pautada pelo bom senso. A premissa, neste caso, é balizar o gasto de acordo com a arrecadação.

PREVENIR PARA AUMENTAR A CREDIBILIDADE

Usando como exemplo o *case* da BrT (Brasil Telecom), o sócio da KPMG André Coutinho apresentou as vantagens que a implementação da Lei Sarbanes-Oxley ocasionaram à empresa.

Em sua palestra, “A experiência brasileira de adaptação à Lei Sarbanes-Oxley”, Coutinho apresentou notícias de jornais que comprovam as mudanças pelas quais a BrT passou. Antes “no vermelho”, a Brasil Telecom agora é considerada uma empresa segura para investir.



André Coutinho

Coutinho frisou que o ideal não é se preparar para enfrentar a crise depois que ela ocorre, mas sim, prever a possibilidade de ela acontecer e tomar as medidas necessárias para evitá-la. Os conceitos de controle preventivo são umas das vantagens que advém da adoção da Sarbanes-Oxley e refletem em maior credi-

bilidade para a empresa em relação ao mercado.

BUROCRACIA ATRAPALHA O TERCEIRO SETOR

Embora, no Brasil, o Terceiro Setor esteja sujeito a uma tributação considerada justa, com a garantia de imunidades e isenções, ele ainda enfrenta muita dificuldade para ter acesso a esses benefícios. Esse foi um dos tópicos abordados pelo membro do Conselho Científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP Marcos Biasioli, em sua palestra “Tributação do Terceiro Setor – imunidades e isenções”.

O advogado explicou que somente entidades desse setor podem ser beneficiadas pela imunidade de impostos e, mesmo assim, em relação à renda, patrimônio ou serviços.

Biasioli defendeu maior participação do Poder Público no Terceiro Setor. Para ele, faltam propostas que incentivem o empresariado brasileiro a investir mais nas questões sociais.



Marcos Biasioli

PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING MOTIVACIONAL

A apresentação pessoal é um ponto fundamental para qualquer pessoa que deseje alcançar o sucesso pessoal e profissional. Segundo o consultor em etiqueta Fábio Arruda, isso significa atenção ao asseio pessoal e cuidado ao escolher o que vestir.

Fábio ministrou a palestra “Marketing pessoal e motivacional” para mais de 850 pessoas, que lotaram o auditório Elis Regina, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi.

Marketing motivacional, de acordo com o consultor, “é a concentração de esforços e estratégias para aumentar a confiança e a auto-estima do profissional, garantindo assim um caminho mais sólido para o sucesso”.

Fábio destacou a naturalidade como um ponto forte no marketing pessoal. “É importante lembrar que o exagero, em qualquer situação, além de mascarar, pode aniquilar o sucesso”, explicou.



Fábio Arruda

O CONTROLE INTERNO FEDERAL FEITO PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

Ações preventivas têm ajudado no combate à corrupção, especialmente ações que fazem o acompanhamento da gestão de gastos. Orientar o uso dos investimentos com o dinheiro público é uma importante tarefa fiscalizatória.



Claudemir Edson de Oliveira

Essas são algumas das opiniões do Contador Claudemir Edson de Oliveira, autor da palestra “Auditoria governamental: o papel da CGU (Controladoria Geral da União) no sistema de controle interno federal”.

Oliveira, que é chefe-substituto da Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo, apontou o importante papel de controle das contas públicas que acabou colaborando para o desmonte de inúmeras fraudes, muitas vezes deflagradas em conjunto com a Polícia Federal.

Além de zelar pelas finanças públicas, o exercício da controladoria tem se mostrado um vasto campo de trabalho para os Contabilistas. Oliveira informou também na sua

palestra que a Auditoria Governamental inclui os controles internos e externos, nos âmbitos federal, estaduais e municipais.

A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE TÉCNICO NA PERÍCIA JUDICIAL

O trabalho do Perito Contador na função de Assistente Técnico é recomendado em processos judiciais em que haja deferimento de prova pericial de natureza contábil. O Contador Sílvio Simonaggio, que atua na área de Perícias Judiciais e Extrajudiciais na Comarca de São Paulo, falou com muita propriedade sobre a importância do Assistente Técnico na Perícia Judicial.



Sílvio Simonaggio

Ele começou esclarecendo que, por exigência legal, o Assistente Técnico deve ser graduado em Ciências Contábeis para examinar fatos que dependem do conhecimento contábil, para conseguir formular as questões periciais e fazer o exame dos fatos da prova pericial.

Simonaggio disse que as provas periciais de natureza contábil nos processos é muito grande e o trabalho



PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

do Assistente Técnico é importante para examinar as prestações de contas, apuração de haveres em sociedades, aferição de créditos comerciais e outras tantas questões que tenham relevância econômica.

RESPONSABILIDADE FISCAL EXIGE PLANEJAMENTO E TRANSPARÊNCIA

Para falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, o diretor da Escola do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Moacir Marques da Silva, considerou como positiva a instituição da figura da limitação obrigatória de empenhos, quando a arrecadação não é suficiente para pagar os gastos assumidos pela administração.

“Por isso a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) exige o planejamento e a transparência na condução da gestão pública”, disse Silva. Na sua opinião, a LRF ajuda, e muito, no controle dos gastos públicos.



Moacir Marques da Silva

Apesar da resistência de muitos administradores públicos quando foi implantada, para Silva, a LRF vem contribuindo para mudar a cultura

dos gestores públicos e dos políticos. Só para exemplificar, ele disse que, em 2002, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo reprovou as contas de 394 prefeituras paulistas por violação à LRF.

“Atualmente, as violações não excedem mais de 100 prestações que foram enviadas para o Ministério Público”, comemorou o palestrante.

CRC MULHER INCENTIVA A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE

O debate “Mulher faz acontecer”, promovido pela Comissão do Projeto Mulher Contabilista, lotou o auditório Elis Regina, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, na manhã do



Eunice, Maria Clara, Lívio, Heloísa Helena e Beatriz

dia 16 de agosto de 2007.

O evento teve a participação da ex-senadora Heloísa Helena, da presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, da presidente da BPW Brasil, Beatriz Zanella Fett, e da advogada e doutora em Direito do Estado Eunice Aparecida de

Jesus Prudente, e foi mediado pelo professor Lívio Giosa.

Temas como ética e a quebra, pela mulher, de paradigmas na política, no judiciário, nos órgãos de classe, nos negócios e na sociedade foram amplamente discutidos.

A presidente Maria Clara afirmou que as mulheres não devem jamais se deixar intimidar e insistiu que as profissionais contábeis devem ser atuantes na política e nas instituições de representação dos Contabilistas.

Para encerrar o debate, os participantes receberam uma lembrança pela presença na 20ª Convenção.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR AINDA TEM PROBLEMAS OPERACIONAIS

O presidente da Associação Brasileira de Direito Educacional e diretor administrativo da Universidade Solidária, José Roberto Covac, foi o palestrante do evento paralelo dirigido aos professores na 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo.

Covac, que também é consultor jurídico do Sindicato dos Mantenedores dos Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo, falou sobre a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior).

O novo sistema tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes.

Na sua opinião, todo processo de avaliação pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação, de

PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

mas inúmeros problemas de ordem operacional do Ministério da Educação vêm ocorrendo desde a implantação



José Roberto Covac

do Sinaes.

“Recentemente”, disse Covac, “o MEC editou uma portaria autorizando

as instituições que encaminharam processo de reconhecimento de curso a registrarem os diplomas dos alunos, o que acaba gerando insegurança para os alunos, entidades de registros profissionais e para a própria instituição de ensino”.

17 DE AGOSTO DE 2007

BANCO CENTRAL QUER A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

“As turbulências do mercado financeiro podem ser reduzidas para os investidores que dispõem de informações de forma sistemática”,

afirmou o chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do BCB (Banco Central do Brasil), Amaro Luiz de Oliveira Gomes.

Ao discorrer sobre “As instituições financeiras frente à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade”, o palestrante, que é mestre em Contabilidade e Finanças pela *University of Lancaster*, da Inglaterra, disse que as instituições financeiras que operam no Brasil já utilizam as NIC (Normas Internacionais de Contabilidade) para o registro de determinados eventos.

Gomes disse que o Banco Central quer avançar na adoção das NIC. O Comunicado nº 1.259 determina que, a partir de 31 de dezembro de 2006, todas as instituições financeiras

Cursos nas áreas **Contábil, Fiscal e Administração de Pessoal**, com as últimas alterações da Legislação.

Receba por e-mail nossa Programação Mensal de Cursos cadastrando-se no site www.prodep.com.br

prodep®
PREPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL S/S LTDA.

26 ANOS TREINANDO PROFISSIONAIS

R. Correia Dias, 352 (Metrô Paraisol)
04104-001 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5539-1112



PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS



Amaro Luiz de Oliveira Gomes

e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB deverão divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas promulgadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

PLANEJAMENTO É A ALMA DO NEGÓCIO

Não basta empreender, tem que planejar, ter objetivos muito bem definidos, estratégias de ação e muita ousadia. Esta receita para ser um empresário de sucesso, segundo o Auditor e administrador de empresas, Marco Antônio Pinto de Faria, depende também do empreendedor



Marco Antônio Pinto de Faria

estar antenado para as boas oportunidades do momento.

Ao falar sobre casos de sucesso no mundo dos negócios, Faria, que também é empresário, aconselha os empreendedores a ficarem atentos para as contas da empresa: “A Contabilidade mostra os pontos fracos, direciona as ações estratégicas e é fundamental para quem quer ter sucesso duradouro”, disse ele.

“Empresas de sucesso” – enfatizou, “são aquelas que têm um planejamento estratégico que incrementa seu futuro”.

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO CONTÁBIL NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ao falar sobre “Governança contábil: tributação e desenvolvimento empresarial”, o presidente do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), Gilberto Luiz do Amaral, lembrou como a carga tributária elevada é danosa ao desenvolvimento nacional. “A tributação excessiva retira o rendimento da fonte, que tem que elevar o preço final e acaba contribuindo para a diminuição do consumo”.

Para ele, os tributos continuam crescendo no Brasil, porque os cidadãos não conhecem o mecanismo de aumento da tributação e acabam não percebendo os ônus embutidos no preço final da mercadoria. Disso se aproveitam os governantes que sempre aumentam e nunca diminuem a carga tributária.

Amaral, que é especialista em Direito Tributário, acha muito importante o papel dos Contabilistas nessa área e que a racionalização das empresas depende das técnicas

da aplicação do custo tributário. “Os Contabilistas, que conhecem a administração tributária”, disse Amaral, “podem ajudar a diminuir o impacto dos altos tributos nas empresas”.



Gilberto Luiz do Amaral

O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO CONTRIBUI PARA UMA GESTÃO EFICIENTE

A Contabilidade é um instrumento de controle e, portanto, “ferramenta indissociável e integrante de um sistema de controle interno”. Esta é a opinião do Auditor da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Roberval da Silveira Marques.



Roberval da Silveira Marques e Lino Martins da Silva

PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

Durante a palestra sobre “Sistemas de Controle Interno nos estados e municípios”, Roberval afirmou que a institucionalização e o fortalecimento dos órgãos de controle interno são essenciais para o equilíbrio das contas públicas.

O controlador geral do município do Rio de Janeiro, Lino Martins da Silva, ressaltou que, ao se tratar de sistemas de controle no setor público, é preciso considerar alguns fatos, tais como: escassez de recursos, Lei de Responsabilidade Fiscal, alterações no orçamento público e organizações sociais e contratos de gestão.

EMPRESAS DEVEM BUSCAR A REESTRUTURAÇÃO

Com a nova Lei de Recuperação Judicial e Falência espera-se que ocorra uma mudança de paradigma na forma de atuação dos empresários. A tendência é que a reestruturação seja privilegiada em relação à recuperação. Esta opinião foi apresentada pelo consultor empresarial nas áreas cível e de planejamento tributário Alexandre Uriel Ortega Duarte, durante sua palestra sobre o tema “Oportunidade de negócio da nova Lei de Recuperação Judicial e Falência”.



Alexandre Uriel Ortega Duarte

Em sua exposição, Alexandre apresentou as novidades que surgiram com a homologação da nova lei, dentre elas, a maior fiscalização por parte dos credores. A lei também é alvo de dúvidas, como, por exemplo, sobre a capacitação técnica de juízes e promotores que atuam nos casos de recuperação e falência. Segundo Alexandre, em São Paulo, o corpo técnico está amplamente qualificado para atuar nessas situações.

O consultor apresentou também os procedimentos definidos pela nova lei. A empresa pode optar pela recuperação extrajudicial, na qual há uma negociação amigável com os credores. Há também a negociação judicial que, como o nome diz, ocorre no nível do judiciário. No caso da falência-cessão da empresa, esta pode continuar exercendo suas atividades, mas sob o comando do comprador. A falência-liquidação da empresa é decretada quando há o encerramento de suas atividades.

CONSÓRCIOS PODEM DRIBLAR A ESCASSEZ DE RECURSOS

O consórcio público pode constituir tanto associação pública quanto pessoa jurídica de direito privado. Essa foi uma das explicações dadas pelo professor titular da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Diógenes Gasparini, em palestra sobre “Os consórcios públicos”.

Para constituir um consórcio é necessário que seja elaborado um protocolo de intenções, que deve ser assinado e ratificado. O próximo passo é a celebração do contrato de consórcio e, por fim, a elaboração e a aprovação de um estatuto para organizar e estruturar o consórcio.



Diógenes Gasparini

O professor explicou que, devido à escassez de recursos financeiros nos serviços públicos, os consórcios públicos são uma boa opção para as finanças dos sócios. Para a realização de um determinado serviço, por exemplo, há a possibilidade de dois ou mais municípios constituírem um consórcio de acordo com a Lei nº 11.107/05. Cada um deles integrará o consórcio com cotas determinadas pelos seus recursos orçamentários.

AUDITOR DEVE AVALIAR EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

A convergência das normas contábeis internacionais favorece a globalização da Contabilidade. Esta afirmação foi feita pela sócia da PricewaterhouseCoopers, Ana Maria Elorrieta, durante a palestra “Governança Corporativa: as responsabilidades do Auditor frente à legislação e às normas de Auditoria”.

Ela mencionou o aumento no número de empresas que estão aderindo às práticas de governança corporativa. Além do Novo Mercado, houve um crescimento significativo de participantes dos Níveis 1 e 2.



PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS



Ana Maria Elorrieta

A Auditora explicou que, com a adoção da Lei Sarbanes-Oxley, além da avaliação do controle interno para determinação da natureza, oportunidade e extensão dos trabalhos, o Auditor também deve opinar sobre a efetividade do controle interno adotado.

TRANSPARÊNCIA É FUNDAMENTAL

Destacando bastante as entidades do Terceiro Setor, o presidente da Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) e vice-presidente da OEB (Ordem dos Economistas do Brasil), Synésio Batista da Costa, ministrou a palestra “A Contabilidade na opinião do gestor”.



Synésio Batista da Costa

Synésio ressaltou que, na elaboração e realização de qualquer projeto, a transparência é fundamental em todas as áreas e etapas. Para o empresário a Contabilidade como instrumento de gestão é essencial. “Ela produz informações que permitem aos gestores acompanhar a evolução dos planos de negócios”, afirmou.

Em relação à área social, Synésio pediu mais atenção à apresentação de Planos de Contas. De planos gerais, focando nos aspectos legais, o empresário sugeriu que eles sejam organizados por projetos, por temas ou, o que seria ideal, que sejam customizados, valorizando as características de cada instituição.

NOVO CÓDIGO CIVIL TRAZ RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DOS CONTABILISTAS

A presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, no triênio 2007-2009, Maria Odete Duque Bertasi, discorreu sobre o tema “A responsabilidade legal do profissional da Contabilidade no exercício de sua atividade”.

A advogada fez uma apresentação sobre os pontos legais dos termos responsabilidade e culpa, de modo mais amplo, até chegar ao tema responsabilidade específica do Contabilista.

“Além dos conceitos gerais sobre a Responsabilidade Civil, o Código de 2002 criou seção específica, dentro do capítulo dos “prepostos”, para o “Contabilista e outros auxiliares”, prevendo responsabilidade pessoal destes perante os preponentes, pelos atos culposos que vierem a praticar”, explicou Maria Odete.

Para a advogada, é importante



Maria Odete Duque Bertasi

que os profissionais de Contabilidade atuem sempre “com zelo, diligência, perícia e observância às normas legais e às normas contábeis de modo geral”.

AUDITORIA INTERNA: CRESCE IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO NAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

Para o investidor interessa que as empresas de capital aberto tenham uma Governança Corporativa que dê segurança aos seus negócios. A Auditoria Interna das empresas de capital aberto tem contribuído para dar mais credibilidade ao mercado de capitais.

Essa foi a principal conclusão a que chegaram os palestrantes que falaram sobre “A função da Auditoria Interna no processo de Governança



Wang, Cláudia, Araújo, Vasconcelos e Brandão

PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

Corporativa das empresas de capital aberto no Brasil – panorama atual e perspectivas”.

Os palestrantes foram o coordenador do Centro de Pesquisas do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), Carlos Eduardo Lessa Brandão; o analista de Normas Contábeis e de Auditoria da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Madson de Gusmão Vasconcelos; o vice-presidente do Audibra (Instituto dos Auditores Internos do Brasil), Luiz Carlos de Araújo, e a gerente de Desenvolvimento de Empresas da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), Wang Jiang Horng. Uma pesquisa promovida pelo Audibra, Bovespa, CVM e IBGC foi apresentada pela Auditora Cláudia Regina Félix Fernandes.

A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO NO BRASIL

A Mediação exige um conhecimento mais aprofundado do Mediador, enquanto a Conciliação é mais rápida, pois não é necessário o conhecimento entre as partes em conflito.

Um *expert* no assunto, Adolfo Braga Neto, presidente do IMAB (Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil), ao falar sobre “A Mediação e Conciliação no Brasil”, explicou que existem diferenças nos procedimentos nem sempre conhecidas pelas pessoas.

“A Conciliação é mais rápida, pois as pessoas envolvidas estão em contato



Adolfo Braga Neto

apenas por uma razão esporádica”, disse Braga. Já na Mediação, “as partes têm um conhecimento anterior e o Mediador deve ter tempo para investigar e conhecer os envolvidos”.

O palestrante disse que, no Brasil,

“SUPER SIMPLES”

É COM O CUCA FRESCA

FALE COM QUEM JÁ USA
OU SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO

Fornecedora de Sistemas
DP - Escrita Fiscal/Contabilidade

(0XX14) 2105 9000
WWW.CUCAFRESCA.COM.BR



PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS

a solução negociada de conflitos ainda esbarra com o paradigma de que o acesso à justiça se dá apenas quando o cidadão utiliza o Poder Judiciário.

PLANO DE CONTAS ÚNICO E CONTA ÚNICA

O coordenador-geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, Paulo Henrique Feijó, responsável pela palestra “Plano de Contas Único e Conta Única”, explicou que esses dois processos de trabalho permitem o acompanhamento dos lançamentos contábeis feitos pela administração pública.

“O Plano de Contas Único contém as diretrizes técnicas gerais e especiais que orientam o registro de fatos ocorridos e dos atos praticados pela administração pública federal”, disse ele.



Paulo Henrique Feijó

A Conta Única do Tesouro Nacional, segundo Feijó, “no âmbito do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), propiciou a efetiva implementação de adequado mecanismo de controle das disponibilidades financeiras das diversas unidades administrativas do governo federal”.

PARTE DO IMPOSTO DEVIDO PODE SER INVESTIDA EM ENTIDADES ASSISTENCIAIS

A comissão de Projetos Sociais do CRC SP promoveu a palestra “Incentivos fiscais para os investimentos sociais”, durante o último dia da 20ª Convenção. A atividade marcou o relançamento da campanha “Uma ação que vale um milhão”.



Pedro Ernesto Fabri

O presidente do CRC SP, gestão 2002-2003, e membro do CRC Social, Pedro Ernesto Fabri, abriu a exposição apresentando o site (http://www.crcsp.org.br/portal_novo/home/crc_social/hotsite/crc_social.htm) e a cartilha, que são parte da campanha. Fabri buscou conscientizar os Contabilistas sobre o quanto é importante que eles divulguem a possibilidade de doação de parte do Imposto devido para Conselhos e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelas pessoas físicas e jurídicas.

Em seguida, o coordenador Nacional do Programa Nacional de Educação Fiscal, da Receita Federal, Celso Gomes Pegoraro, destacou que, com as doações aos Conselhos e Fundos, o contribuinte pode ajudar a mudar o quadro social brasileiro.

O presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo, Geraldo Salvador de Souza, explicou que o dinheiro do Fumcad é repassado somente a entidades cadastradas e certificadas. No ano de 2006, foram arrecadados 20 milhões de reais, por meio de 6.847 doações.

Para encerrar, a supervisora de captação de recursos e responsável pelo Fundo Pró-Infância da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente), Marta Delpoio, apresentou o trabalho da instituição, demonstrando como as doações contribuem para ajudar a quem precisa.

JOVENS CONTABILISTAS DEVEM INVESTIR EM ATUALIZAÇÃO

O *talk-show* “Carreira de sucesso: profissionais apaixonados pelo que fazem” teve a participação da coordenadora da Comissão CRC Jovem e conselheira do CRC SP, Marcia Ruiz Alcazar, do Perito Judicial Andrei Lopez Bordin e do Auditor da PricewaterhouseCoopers Fernando Chiqueto, além da entrevistadora Thais Alves.

Segundo Fernando, seu interesse pela profissão começou por influência de um tio Contabilista. Mas, disse ele, a paixão pela profissão só existe quando há também vocação. Para os jovens Contabilistas, Fernando afirmou que perseverança e dedicação são fundamentais e que deve haver esforço para alcançar objetivos previamente traçados.

Andrei acredita que o profissional contábil deve buscar sempre o seu aprimoramento e continuar estudando. Para ele, além dos cursos de pós-graduação e especialização, o bom domínio da Língua Portuguesa e o aprendizado de outros idiomas valorizam qualquer



PALESTRAS E EVENTOS PARALELOS



O talk-show contou com a presença de várias personalidades.

currículo.

Marcia enfatizou que a Contabilidade lida com informações e que estas estão sempre passando por alterações. Portanto, é preciso que o profissional contábil invista em constante atualização. Esse é um dos passos para que

o Contabilista alcance, no Brasil, o mesmo reconhecimento e valorização que já tem em países desenvolvidos.

ARNALDO JABOR ENCERROU A 20ª CONVENÇÃO

Um compacto das inúmeras imagens da 20ª Convenção foi exibido para o público que lotou o Grande Auditório para a cerimônia de encerramento do evento, levando emoção e saudade para todos.

Em seguida, o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, agradeceu a todos pela participação e informou o balanço da Convenção. Foram 2500 participantes, 31 palestras, cinco eventos paralelos, o 38º Encontro Geral de Delegados e 58 estandes na Feira de Negócios, que foi visitada por 3 mil pessoas.

O cineasta e jornalista Arnaldo Jabor encerrou as atividades do evento com a palestra “Brasil 2007: presente e futuro”. Jabor discorreu sobre acontecimentos da história nacional desde a época de Getúlio Vargas até os dias atuais. Ditadura, corrupção e também desenvolvimento foram alguns dos tópicos abordados em sua palestra.



Arnaldo Jabor

A Domínio Sistemas está presente em 19 estados brasileiros, inclusive em São Paulo. E para nós, também é muito importante poder estar na sua empresa.



A Domínio Sistemas é uma empresa 100% focada em soluções para o setor contábil. Sua experiência de 9 anos no desenvolvimento de sistemas em plataforma Windows garante ao usuário mais facilidade no uso, maior segurança aos dados armazenados e alta produtividade. Atualmente, a Domínio Sistemas atende a mais de 4.000 empresas de contabilidade de todo país. E teremos muito prazer em nos tornarmos parceiros da sua empresa.

dom/ínio
SISTEMAS

A sua melhor escolha

Informações Comerciais: 0800 645 4004
www.dominiosistemas.com.br



VOTAÇÃO SERÁ PELO PORTAL DO CONSELHO DAS 10 HORAS DO DIA 7 ATÉ AS 18 HORAS DO DIA 22 DE NOVEMBRO

A PRIMEIRA ELEIÇÃO ONLINE FOI UM SUCESSO E O CRC SP VAI REPETIR A DOSE!

A eleição do CRC SP deste ano será para a renovação de 1/3 do Plenário, composto por 36 conselheiros efetivos e 36 conselheiros suplentes, e para suprir vagas geradas por renúncias. Com a inscrição de apenas uma chapa, pela segunda vez, a votação será *online*.

Das 10h do dia 7 até às 18h do dia 22 de novembro, acessando o Portal do CRC SP, no endereço www.crcsp.org.br, os Contabilistas terão a facilidade de cumprir seu dever cívico de votar, com apenas alguns cliques.

A Resolução CFC nº 1.095/07, alterada pela Resolução CFC nº 1.096/07, publicadas no *Diário Oficial da União*, respectivamente nos dias 4 de julho de 2007 e 1º de agosto de 2007, autoriza a eleição via internet por se tratar de chapa única.

A votação é muito simples, bastando que os Contabilistas tenham em mãos as senhas disponibilizadas pelo CRC SP. O voto é obrigatório, exceto para Contabilistas com 70 anos ou mais.

Em 2005, o CRC SP inovou ao realizar a eleição exclusivamente pela internet.

Os Contabilistas aprovaram a novidade, entendendo o principal motivo da eleição *online*: a facilidade em acessar o Portal do CRC SP e votar, sem perda de tempo e sem enfrentar a burocracia, o trânsito e as filas, pesadelos comuns em dias de votação.

Hoje, os Contabilistas trabalham cotidianamente usando os instrumentos da informática: é o Posto Fiscal Eletrônico, a Nota Fiscal Eletrônica e os serviços *online* disponibilizados pelo CRC SP: a DHP Eletrônica, e a emissão de guias e certidões.

Por isso, a adoção da Eleição *Online* pelo Conselho, coloca, mais uma vez, os Contabilistas num contexto moderno, eficiente e prático, como deve ser o desempenho da profissão.

Os profissionais da Contabilidade dão um exemplo de avanço e modernidade. Uma contribuição para a eleição democrática e segura dos conselheiros que representam os Contabilistas paulistas.



QUEM PODE VOTAR NESTA ELEIÇÃO

- 1) Os Contabilistas com registro definitivo, provisório ou transferido ativos e em situação regular, ou seja quando o registro estiver ativo (sem estar baixado ou suspenso) e com os pagamentos de anuidade, multas ou parcelamentos quitados até o dia 31 de outubro de 2007.
- 2) Os Contabilistas que obtiveram os registros, transferência para o CRC SP ou restabelecimento até 31 de outubro de 2007.



QUEM NÃO PRECISA VOTAR MAS, SE QUISER, PODE FAZÊ-LO

Contabilistas com idade igual ou superior a 70 anos não estão obrigados a votar na Eleição *Online* 2007, mas, se quiserem, podem fazê-lo.

REGULARIZE SUA SITUAÇÃO E VOTE

Quem estiver com algum tipo de débito com o CRC SP, pode regularizar sua situação e votar. Não perca esta oportunidade: acesse o Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br), em “Serviços *online*”, e imprima as guias para pagar à vista ou parcelar os débitos. Exerça seu direito de votar!

PAGAMENTOS APÓS 31 DE OUTUBRO DE 2007: COMO PROCEDER

- 1) Pagamentos a partir de 1º de novembro de 2007: aguardar dois dias após a quitação para votar (é o prazo que leva para o pagamento ser notificado ao CRC SP).
- 2) Pagamentos nos 21 e 22 de novembro de 2007: o Contabilista deverá contatar a sede, subseções, delegacias regionais ou delegacias do CRC SP. Para ser liberado para votar, deverá mandar o boleto do CRC SP e o comprovante de pagamento para os números de fax de São Paulo (3824.0799; 3662.0035; 3824.5488; 3824.5491; 3824.5492) ou das subseções e delegacias regionais (os números estão no Portal www.crcsp.org.br).





COMO VOTAR

1. Acesse o Portal do CRC SP:
www.crcsp.org.br
2. Clique na página ELEIÇÃO ONLINE CRC SP 2007.



3. Digite o número do seu registro e a senha do CRC SP. Se você esqueceu sua senha, mas tiver e-mail cadastrado no CRC SP, clique em "Esqueci minha senha", e ela será enviada para seu e-mail.

4. Se for a primeira vez que estiver usando sua senha, confirme os dados solicitados.



5. Confira a chapa.



6. Faça sua escolha e vote.



ATENÇÃO

Se você esqueceu sua senha e não tiver e-mail cadastrado no CRC SP, ligue para o Teletendimento: 11 3824.5433 ou para as subseções e delegacias do CRC SP (os números dos telefones estão no endereço www.crcsp.org.br). Você receberá uma senha provisória (senha atual) e deve cadastrar sua nova senha.



NÃO DEIXE PARA VOTAR NA ÚLTIMA HORA

Deixar para votar no último dia pode provocar sobrecarga de acessos ao Portal do CRC SP e dificultar sua votação. O voto é obrigatório. CUMPRA SEU DEVER E VOTE LOGO!

ONDE VOTAR

- 1) Em qualquer computador que tenha acesso à internet: na empresa, em casa, em *lan houses*, em qualquer lugar, inclusive sábados, domingos e feriados.
- 2) Na sede, sedes e delegacias do CRC SP; nas Entidades Congraçadas e suas sedes: Federações e Sindicatos dos Contabilistas; Sescon; Ibracon; Audibra; Apejesp. Nesses locais haverá equipamentos disponíveis para votação, mas apenas nos dias e horários de expediente.

PERÍODO DE VOTAÇÃO

De 7 a 22 de novembro de 2007: 16 dias ininterruptos de votação.

OS CURRÍCULOS E AS FOTOGRAFIAS DOS CANDIDATOS ESTÃO NO PORTAL DO CRC SP: www.crcsp.org.br
ACESSE A PÁGINA “ELEIÇÃO ONLINE CRC SP 2007” PARA CONHECÊ-LOS

COMO JUSTIFICAR A NÃO-VOTAÇÃO

A partir do dia 23 de novembro de 2007, abre-se o prazo de 30 dias corridos para justificativas, pela internet ou por escrito, para quem não votou na Eleição *Online* CRC SP 2007.

MULTA POR NÃO-VOTAÇÃO

Não será aceita a justificativa por ausência da jurisdição, temporária ou permanente. Aos que deixarem de votar, sem causa fundamentada e após o prazo legal de justificativa, serão aplicadas as multas de R\$ 88,50 ao Contador e de R\$ 79,80 ao Técnico em Contabilidade, de acordo com a Resolução CFC nº 975/03, art. 1º.

PROBLEMAS DE NAVEGAÇÃO OU DÚVIDAS EM RELAÇÃO À ELEIÇÃO ONLINE CRC SP 2007

Acesse o endereço www.crcsp.org.br, clique na página “Eleição *Online* CRC SP 2007” e obtenha todas as informações necessárias. Vote com tranquilidade e segurança.



**CHAPA REGISTRADA PARA CONCORRER AO PLEITO PARA
RENOVAÇÃO DE 1/3 DO PLENÁRIO DO CRC SP**

MEMBROS EFETIVOS – MANDATO 01.01.2008 A 31.12.2011

<i>Contador</i>	JOSÉ JOAQUIM BOARIN	1SP036198/O-3
<i>Contador</i>	CARLOS ROBERTO MATAVELLI	1SP060351/O-1
<i>Contador</i>	ALMIR DA SILVA MOTA	1SP095942/O-9
<i>Contador</i>	SEBASTIÃO LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS	1SP115037/O-3
<i>Contadora</i>	MÁRCIA RUIZ ALCAZAR	1SP160313/O-3
<i>Contador</i>	LUIZ FERNANDO NÓBREGA	1SP186718/O-6
<i>Contador</i>	LUIS AUGUSTO DE GODOY	1SP190300/O-6
<i>Contador</i>	MARCELO ROBERTO MONELLO	1SP207467/O-2
<i>Téc. Cont.</i>	WANDERLEY ANTONIO LAPORTA	1SP045451/O-2
<i>Téc. Cont.</i>	ANTONIO BAESSO NETO	1SP056966/O-0
<i>Téc. Cont.</i>	UMBERTO JOSÉ TEDESCHI	1SP114210/O-6
<i>Téc. Cont.</i>	ARI MILTON CAMPANHÁ	1SP129359/O-9

MEMBROS SUPLENTE – MANDATO 01.01.2008 A 31.12.2011

<i>Contador</i>	GERALDO GIANINI	1SP067830/O-0
<i>Contadora</i>	TERESINHA DA SILVA	1SP136144/O-5
<i>Contador</i>	ADILSON LUIZÃO	1SP138349/O-1
<i>Contadora</i>	ELIZABETH CASTRO MAURENZA DE OLIVEIRA	1SP144373/O-2
<i>Contadora</i>	MARINA MARCONDES DA SILVA PORTO	1SP180466/O-0
<i>Contadora</i>	JOCILENE OLIVEIRA DOS SANTOS	1SP239653/O-8
<i>Contadora</i>	ANA MARIA GALLORO	1SP203642/O-6
<i>Contador</i>	PAULO ROBERTO MARTINELLO JÚNIOR	1SP217640/O-3
<i>Téc. Cont.</i>	OSWALDO PEREIRA	1SP059578/O-3
<i>Téc. Cont.</i>	HERMENEGILDO VENDEMIATTI	1SP059873/O-3
<i>Téc. Cont.</i>	JOSÉ CARLOS DUARTE LEARDINE	1SP148010/O-4
<i>Téc. Cont.</i>	CLORIOVALDO GARCIA BAPTISTA	1SP060167/O-0

MANDATO DE 01.01.2008 A 31.12.2009

EFETIVO

<i>Téc. Cont.</i>	MAURO MANOEL NÓBREGA	1SP071729/O-0
-------------------	----------------------	---------------

SUPLENTE

<i>Contador</i>	RONALDO RAYMUNDO S. MARTINS	1SP043176/O-6
<i>Contador</i>	JAIRO BALDERRAMA PINTO	1SP159718/O-9
<i>Téc. Cont.</i>	NELSON BEUTEL	1SP054197/O-4

Contabilista, adquira já o seu Certificado Digital Serasa com condições especiais.

Facilite a sua vida e a dos seus clientes.



A Serasa tem uma parceria exclusiva com o CRC SP. Adquira já o seu Certificado Digital Serasa diretamente no site www.crcsp.org.br. e acesse os diversos serviços no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) via Internet:

Verifique a situação fiscal da empresa perante a Receita Federal;

Regularize, se necessário, a situação da empresa com mais rapidez;

Solicite, *on-line*, o parcelamento dos débitos da empresa;

Solicite retificações de Darf – Redarfnet;

Entregue a DCTF para empresas com faturamento superior a R\$ 30 milhões;

Envie o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON), a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), entre outros.





« NO BRASIL, O CRESCIMENTO DA MEDIAÇÃO, QUE TEM UM ENFOQUE TAMBÉM VOLTADO PARA O JUDICIÁRIO, FOI TOTALMENTE NA ÁREA PRIVADA, COM PESSOAS ENTUSIASTAS QUE COMEÇARAM A DIVULGAR, CAPACITAR E, POR FIM, ENTENDERAM QUE SERIA UMA FORMA DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA. »

ADVOGADO, PRESIDENTE DO IMAB (INSTITUTO DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DO BRASIL) E VICE-PRESIDENTE DO CONIMA (CONSELHO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM), ADOLFO BRAGA NETO RELATA, NESTA ENTREVISTA, COMO A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO PASSARAM A SER UTILIZADAS NO PAÍS E QUAIS AS VANTAGENS DE SE RECORRER A ESSES MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

O que é a Conciliação e a Mediação, e quais são as principais diferenças entre uma modalidade e outra?

Adolfo Braga Neto: A Mediação e a Conciliação são métodos alternativos de resolução de conflitos. São chamados assim porque são opções no Brasil, além do processo judicial, para a resolução de conflito. É preciso um advogado para chegar ao juiz, fazer o pedido e ele ser decidido pelo juiz. Costumo falar que a Mediação e a Conciliação são irmãs da Arbitragem. São instrumentos totalmente distintos um do outro e fazem parte desse sistema alternativo. Defendo que exista diferença entre Mediação e Conciliação, pois existem pessoas dentro e fora da área de Direito, que entendem que não existe diferença entre esses dois institutos. Prego que sim, porque, hoje, no Brasil, a

Conciliação está muito mais focada e voltada para questões processuais, e a Mediação, pelo fato de não existir lei, tem uma amplitude maior e passa ou não pelo Judiciário. Depende das pessoas, da questão e efetivamente do que eles queiram. Os dois, muito embora próximos, são baseados no princípio da voluntariedade. Em Direito seria o princípio da autonomia das vontades. Eles vão ocorrer se as partes quiserem e não vão ocorrer se as partes não quiserem. O nosso Código Civil já faz menção, não ao instituto da Conciliação, mas ao resultado dela, que é a transação. O nosso Código de Processo Civil prevê a possibilidade da utilização da Conciliação feita pelo juiz em qualquer momento do processo, inclusive em segunda instância, quando já há uma decisão de primeira instância

sendo revista. A Mediação não tem nada disso, pois não existe lei. A Conciliação tem um processo mais rápido, normalmente, com uma única reunião. Hoje, para o Judiciário a Conciliação passa a ser uma audiência dentro do processo, quer dizer, um ato processual. E no enfoque dos métodos alternativos, é um modo de resolução de conflitos. É um processo que, mesmo sendo feito numa única audiência, é desencadeado por fases em uma seqüência lógica. A Mediação é mais um pouquinho morosa. Não se compara à morosidade dos processos judicial e de Arbitragem. Você precisa de mais reuniões com as partes. E o objetivo é diferente também da Conciliação e da Mediação. A Conciliação tem o objetivo do acordo, da auto-composição. A Mediação é a solução que pode pas-

sar, ou não, com o acordo. Significa no seguinte sentido: o Mediador, quando é chamado, é para auxiliar na construção da solução. Para isso, precisa de um trabalho de mais investigação entre as partes, conhecer a realidade. Por isso, defendemos que, tanto esse Conciliador quanto esse Mediador sejam capacitados, o que é fundamental. Ao intervir, ele deve intervir de forma diferente, para que não haja qualquer confusão com a figura do juiz ou de um terceiro que vai decidir. O objetivo é auxiliar para que as pessoas cheguem à solução. Para isso, há um tempo, é preciso respeitar o tempo e as possibilidades das pessoas. Por isso, é um processo um pouco mais moroso, mas não tanto quanto o da Arbitragem. Um processo de Mediação costuma ter de três a seis reuniões, no máximo, de duas horas cada. É um processo

bem ágil, justamente para discutir o que envolveu o conflito, ver o que foi trazido em função do passado para ser analisado por parte do Mediador em conjunto com as partes.

Quando a Conciliação e a Mediação foram introduzidas no Brasil?

ABN: Já existem em nossa cultura há muito tempo. Podemos fazer um breve paralelo com a Arbitragem, que sempre existiu em nosso ordenamento jurídico. Havia alguns entraves em nosso ordenamento jurídico que dificultavam o seu uso. No Brasil, praticamente, não temos tradição de uso da Arbitragem. A partir de 1996, foram tirados os obstáculos ao uso e ela passou a ser utilizada. Paralelo a isso, pensemos na Mediação e na Conciliação. A Conciliação sempre foi prevista em nossos códigos de processo. Herdamos de Portugal, desde



Adolfo Braga Neto

a época das constituições antigas, e sempre se previu a possibilidade de ser feita pelo juiz. Ela se tornou mais conhecida em função de uma complexidade de conflitos e, ao mesmo tempo, de uma necessidade de diminuir toda a litigiosidade. O objetivo do Tribunal de Justiça foi desafogar, principalmente, a pauta dos juízes. No âmbito da Conciliação, a partir de 1993, se abriu a possibilidade de o juiz chamar um técnico para

Tecnologia e inteligência para a gestão de seus negócios.

A Asplan acredita que ser eficiente é oferecer soluções capazes de simplificar a vida de seus clientes. Por isso, orgulha-se de desenvolver sistemas e serviços inteligentes para o seu negócio. Por meio de nossas ferramentas, é possível melhorar processos, reduzir custos e otimizar o seu tempo. Assim, você tem mais disponibilidade para se dedicar ao que realmente importa.

www.asplan.com.br | tel: 11 3305.6500

Asplan Corporativo
Serviços • Indústria • Distribuição • Terceiro Setor.

Asplan Contábil
Financeiro • Fiscal • Contábil • Trabalhista
Documentos • Expedição • Aspnet • Folcili.

Você  Seu cliente

Soluções Inteligentes na gestão de informações.



fazer a Conciliação. Hoje, sobretudo em São Paulo, há vários juizes que, para tentar compor as partes em uma única reunião ou mais, utilizam o serviço de um Conciliador, que é voluntário e não acarreta ônus para o tribunal. Depende das partes e vai depender do trabalho do Conciliador. Na Mediação, e aí o Brasil espelha um pouquinho da história do mundo, sempre existiu, sempre teve um terceiro que tentou ser o facilitador do diálogo entre as pessoas.

Em que tipos de conflitos a Conciliação e a Mediação podem ser usadas?

ABN: A Conciliação, como falei, é mais ágil. É um procedimento muito mais rápido que a Mediação. Recomendando a Conciliação para as questões em que não existe uma inter-relação passada entre as pessoas. Seria uma batida de carro, uma compra-e-venda, em que as pessoas não se conhecem. O trabalho do Conciliador é esclarecer o objetivo de ele estar ali auxiliando as pessoas e buscar o conhecimento do que envolve o conflito pontual. Na batida de carro, ele verá como um e outro chegaram àquela via e porque não se entenderam. É um trabalho de esclarecimento, para ver no que é possível a composição. Já a Mediação é para casos em que exista uma inter-relação passada. Não posso usar, por exemplo, a Conciliação numa questão de família, pois são anos ou décadas de relacionamento. O Mediador tem que fazer um trabalho mais ampliado de conhecimento da realidade daquelas pessoas para poder auxiliar. Não é em uma única reunião que se resolve o problema. Não se pode resolver o problema de um casal que briga há quinze anos numa única reunião. É inviável. O trabalho do Mediador é muito mais no sentido de reflexão entre as partes. Ele questiona muitas coisas para ver

se, efetivamente, atende ao interesse deles. O resultado é a solução e o Mediador tem de fazer com que essa solução atenda aos interesses dos que estão envolvidos no conflito.

Quais são as profissões que se identificam com a Conciliação e a Mediação?

ABN: Acho que todo e qualquer profissional pode ser Mediador e pode ser Conciliador, e também Árbitro. Um conflito existe onde há uma inter-relação. E esses profissionais são profissionais de positivação do conflito. Então, não importa a área do profissional e, sim, que tenha capacitação. A lei de 1996 estabelece que Árbitro é qualquer pessoa que tenha a confiança das partes. Não existe um curso superior para a formação de Árbitro. Mas para que ele aja de acordo com os interesses das partes, é preciso essa capacitação para saber quais os instrumentos que pode utilizar, para instalar essa Arbitragem e, posteriormente, decidir. Assim como o Mediador e o Conciliador. Por mais que não decidam, suas intervenções devem ser conscientes, pois é o questionamento. Um Contabilista pode ser um Mediador, um Conciliador, desde que tenha essa capacitação mínima, que pode ser obtida em instituições sérias como o IMAB, que é voltado para a capacitação e com trabalho multidisciplinar.

Como a Contabilidade pode ajudar na Conciliação e na Mediação?

ABN: Indicando para a Mediação e fazendo a Mediação.

O que uma pessoa precisa ter de especial para ser um Mediador ou um Conciliador?

ABN: É muito difícil falarmos do perfil ideal do Mediador. Depende muito do treinamento. O Mediador tem que desenvolver uma capacitação que envolva teoria e, posteriormente,

o acompanhamento dele na prática. A pessoa, quando não se sente vocacionada, vai começar identificar no próprio curso.

Como o IMAB atua e há quanto tempo existe?

ABN: O IMAB é uma instituição pioneira, criada em 1994, inicialmente, com o nome de Instituto de Mediação. A partir de 1995, incorporou a Arbitragem e passou a ser Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil. O IMAB é voltado para a divulgação e capacitação de profissionais nos métodos alternativos. Nosso curso de capacitação oferece 100 horas de teoria, e depois vêm as práticas, que podem ser em Arbitragem, que é o que o profissional pode observar, ou em Mediação, com mediações reais que ele primeiro observará, para depois praticar efetivamente. Nosso trabalho iniciou-se no Brasil, mas temos contato muito forte com a Argentina (temos contato direto com Mediadores e Árbitros de lá), com o Chile e o México. A partir de 2001, começamos um trabalho de capacitação em Portugal, a partir de um pedido do Ministério da Justiça, formando inicialmente 80 Mediadores, para o instituto Julgados de Paz. É uma mistura de Juizado Especial com Mediação feito lá, a partir de uma visita de uma comitiva de Portugal ao Brasil, em 2000. Em 2003 e 2004, o projeto começou a se expandir para novos Mediadores. Hoje, eles devem ser, mais ou menos, 300 ou 400 Mediadores atuando nos Julgados de Paz. A partir de 2005, iniciamos um projeto em Angola, que está em curso ainda, e, em 2006, um projeto em Cabo Verde. Nossa experiência está sendo estendida também para os países da língua portuguesa, nos outros continentes.

CONTMATIC PHOENIX 20 Anos

Você faz parte da nossa história.



20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Contmatic comemora 20 Anos e dá um Show na 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo. Durante os 3 dias de evento, a Contmatic realizou em seu Stand/Auditório diversos WORKSHOPS sobre o Simples Nacional com os renomados palestrantes Sérgio Contente e Lourivaldo Lopes da Silva. O auditório comportava 30 lugares, mas em alguns momentos mais de 100 contabilistas ouviam atentamente as explanações e tiravam suas dúvidas. Diversos brindes foram entregues aos convencionais. No último dia do evento, o Coral IDEPAC apresentou o seu mais novo show, "Conquistando o Impossível". Até os mexicanos, que marcaram época em convenções anteriores, deram uma passadinha por lá.



Prêmios

Prêmio Personalidade do Ano 2006



Prêmio Sócio Benemérito



Empresa Destaque



SOFTWARES PHOENIX

ESCRITA G5 PHOENIX

O que dizer de um sistema que desde 1987 se mantém como o Best Seller dos sistemas de livros fiscais.

Jr IRPJ PHOENIX

Até o Simples Nacional fica mais simples para quem utiliza o Jr.

ADM CALC PHOENIX

O Adm Calc é um sistema com diversos recursos como protocolo de documentos, boletos, recibos e muito mais.

WEB PHOENIX

O Web Phoenix permite aos clientes enviar relatórios pela internet, permite digitar lançamentos no cliente, o servidor do escritório não precisa estar ligado.

S R I PHOENIX

Além de enviar relatórios/documentos de arrecadação pela internet, você gerencia e controla tudo o que foi enviado e recebido.

Gratuito para Clientes Contmatic.

FOLHA PHOENIX

Folha de Pagamento que incorpora uma inovadora engenharia de modo a configurá-la às necessidades de sua empresa.

CONTÁBIL PHOENIX

Agilidade, praticidade, rapidez de um sistema de contabilidade geral, mas que incorpora as principais características gerenciais.

GESCON PHOENIX

Financeiro, contas a pagar e receber, fluxo de caixa, boletos, recibos, notas fiscais, protocolos, controle de atendimento e fluxo de trabalho, cálculo de lucratividade. Totalmente integrado aos sistemas Contmatic Phoenix.

E N F S PHOENIX

Assim como toda linha Contmatic Phoenix, totalmente integrado ao sistema de Escrita Fiscal G5 Phoenix.

Gratuito para Clientes Contmatic.

CURSOS

CEAD PHOENIX

Os cursos do CEAD visam aperfeiçoar, qualificar e capacitar os treinandos. Os cursos destinam-se gratuitamente aos usuários Contmatic. Porém se você ainda não é nosso cliente, ligue agora e confira nossa grade de cursos e seus respectivos valores.

Gratuito para Clientes Contmatic.

CONSULTORIA

LEGALMATIC PHOENIX

O Legalmatic é um serviço de Consultoria On-Line gratuita disponível a todos os nossos usuários. Possui um acervo de legislações da área contábil, tributária, trabalhista e previdenciária.

Gratuito para Clientes Contmatic.

www.contmatic.com.br

Matriz:

Rua Padre Estevão Pernet, 215 - Tatuapé
São Paulo - SP - Cep 03315-000
Fone / Fax: (11) 6942-6723

Filiais:

- ✓ Campinas (19) 3213-7007
- ✓ São José dos Campos (12) 3921-0888
- ✓ Marília (14) 3454-7774
- ✓ São José do Rio Preto (17) 3222-6710
- ✓ Ribeirão Preto (16) 3967-3536



« A ARBITRAGEM VAI SE FORTALECER AINDA MAIS. NUM FUTURO NÃO MUITO DISTANTE, O TEMA SERÁ CORRENTE, ESTARÁ EM DEBATES E SERÁ MAIS DIVULGADO EM NOSSA SOCIEDADE. VEJO MAIS CONTABILISTAS ATUANDO COMO ÁRBITROS E NÃO APENAS ADVOGADOS, JUÍZES E EX-JUÍZES, COMO É O CENÁRIO ATUAL. »

ADVOGADO, ESPECIALISTA EM MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM E MEMBRO DO CBA_r (COMITÊ BRASILEIRO DE ARBITRAGEM), PÓS-GRADUADO EM DIREITO COMERCIAL E EM EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALEXANDRE PALERMO SIMÕES EXPLICA O QUE É A ARBITRAGEM E QUAL O PAPEL QUE PODE SER DESEMPENHADO PELO CONTABILISTA EM RELAÇÃO A ESSA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.

O que é a Arbitragem?

Alexandre Palermo Simões: A Arbitragem é um meio de solução alternativa de controvérsias. Normalmente, as disputas no Brasil terminam no tribunal e a Arbitragem é uma alternativa para que não haja necessidade de levar o caso perante um juiz estatal, membro do Poder Judiciário. Firma-se um contrato. O pressuposto é que haja um direito patrimonial disponível e seja especificado, no contrato ou numa cláusula arbitral, em caso de haver uma controvérsia ou divergência, que a solução seja buscada por meio da Arbitragem. Desde esse ano, casos de direitos patrimoniais disponíveis podem ser resolvidos pela Arbitragem, desde que as partes desejem e se manifestem nesse sentido, antes de qualquer controvérsia ou, na ocasião

de uma controvérsia, assinem um compromisso arbitral.

Como a Arbitragem passou a ser aplicada no Brasil?

APS: A prática da Arbitragem já ocorria antes de 1996 e era prevista pelo Código de Processo Civil, no Código Comercial. Mas, depois desse ano, após um julgamento de confirmação da constitucionalidade dessa lei, a Arbitragem começou a se traduzir em segurança jurídica, pois uma decisão arbitral tem o mesmo valor que uma sentença judicial. Porém, para a sentença judicial, cabe recurso. Na decisão arbitral, não. As partes escolhem os árbitros ou indicam uma instituição que tenha um sistema de escolha desses árbitros. E a decisão é tomada por estes que, geralmente, são especialistas.

Há algum curso especial para quem deseja realizar Arbitragem?

APS: Existem instituições que dão treinamento em Arbitragem, como o Inama (Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem) e, geralmente, nas câmaras de Arbitragem, nos centros de Arbitragem, também há treinamentos. A CCI (Câmara de Comércio Internacional) faz simulações de casos, duas ou três vezes por ano, em Paris. E, em maio deste ano, aqui em São Paulo, houve a simulação de um caso para a América Latina. A duração de um simulado pode ser de uma semana, passando pelos processos de início da Arbitragem, resposta, simulação do julgamento, oitivas de partes, perícias e a sentença arbitral. A CCI também já realizou casos simulados no Rio de Janeiro, durante cursos de um ou dois dias.

Tanto a pessoa jurídica quanto a pessoa física podem recorrer à Arbitragem?

APS: Ambas podem, desde que versem sobre um direito patrimonial disponível. Podem recorrer à Arbitragem duas pessoas físicas, duas jurídicas, várias pessoas jurídicas, pessoas jurídicas de direito privado e um ente estatal. A Arbitragem está sendo considerada uma opção para solucionar conflitos de Parcerias Público-privadas. Porém, no Brasil, o Poder Judiciário decide as causas que envolvem estatais brasileiras.



Normalmente, as disputas no Brasil terminam no tribunal e a Arbitragem é uma alternativa para que não haja necessidade de levar o caso perante um juiz estatal, membro do Poder Judiciário. Firma-se um contrato.



Qual é a diferença entre a Arbitragem no plano interno e no internacional?

APS: Para a Lei Brasileira de Arbitragem, o fator determinante para saber se a Arbitragem é doméstica ou internacional é o local onde ela se realiza. É considerada uma Arbitragem doméstica quando ocorrer no Brasil e ambas as partes forem nacionais. Será internacional quando ocorrer fora do Brasil ou uma das partes estiver fora do País. No caso das Arbitragens domésticas, a lei se aplica com muita facilidade. O Poder Judiciário precisa atuar dando uma cautelar, uma liminar, uma antecipação de tutela ou alguma medida, porque os árbitros não têm poder de polícia. Nos casos internacionais, em relação a grandes contratos, são escolhidos outros países para realizar a Arbitragem, pois as leis de direito internacional privado facilitam, não dando vazão para a anulação do auto. Não se pode recorrer do laudo, mas se ele tiver alguma das falhas indicadas na lei, pode haver anulação.

A Arbitragem internacional tem sido muito utilizada no Brasil?

APS: Tem. Grandes empresas brasileiras estão se acostumando com a Arbitragem. As empresas que atuam na área de energia, geralmente, estão firmando contratos com cláusulas arbitrais e já existem decisões arbitrais nessa área. Há câmaras nacionais realizando Arbitragem e laudos, tanto nacionais quanto internacionais, sendo executados ou cumpridos espontaneamente.

Quais são as instituições que oferecem a Arbitragem?

APS: No Brasil existem várias possibilidades, como o Centro de Mediação e Arbitragem, a Câmara



Alexandre Palermo Simões

Brasil-Canadá, a Camarb (Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil), a Amcham (Câmara Americana de Comércio), a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a SP Arbitral (Câmara de Arbitragem Empresarial de São Paulo), que, aliás, possui o maior número de Contabilistas atuando como árbitros. Internacionalmente, há a Corte de Arbitragem, que é um órgão administrativo da Câmara de Comércio Internacional, a *American Administration Association*, conhecida nos Estados Unidos como “*Triple A*” e cujo braço internacional é o *Center for Dispute Resolution*, há também a *London Chamber for International Arbitration*, além de câmaras asiáticas. A Arbitragem é bastante utilizada internacionalmente e está sendo cada vez mais usada também no Brasil.

Qual é o papel do Contabilista no âmbito da Arbitragem?

APS: O Contabilista pode atuar como Perito, assim como faz no processo judicial. Ele pode atuar também como *expert witness*, que é a testemunha que aborda o aspecto técnico da questão. E, ao contrário de casos judiciais, o Contabilista também pode ser Árbi-



tro. No entanto, é necessário estar preparado, pois ele deverá ajudar na elaboração de um laudo ou sentença arbitral, que possa ser executada pela parte vencedora.

Como os Contabilistas podem contribuir para o desenvolvimento da Arbitragem?

APS: Os Contabilistas poderiam alertar, em primeiro lugar, seus clientes sobre a opção da Arbitragem. Pode ser feita uma experiência colocando-se no contrato uma cláusula arbitral ou realizando uma contratação com a assinatura de um compromisso arbitral. Isso permitirá comparar se a Arbitragem foi ou não mais rápida, barata e eficiente do que a via judicial. Caso o resultado não seja satisfatório, pode-se abandonar a prática. Há casos em que, mesmo não tendo ganhado a Arbitragem, a parte compreendeu o processo de chegada àquela decisão. A Arbitragem é marcada pela informalidade. Há a exposição dos fatos e a apresentação de provas, mas não há o rigor dos prazos processuais. Os Contabilistas podem atuar na resolução de questões de mérito envolvendo a Contabilidade com balanços e demonstrações financeiras. Eles podem atuar na ponta de decisão também. Há muitos Contabilistas listados como árbitros no Tribunal Arbitral do Comércio, o Trarbitral, que é ligado à Federação do Comércio. Porém, poucos são chamados, pois não há ainda tanta divulgação para a classe. Um exemplo é a Câmara Arbitral do Instituto de Engenharia, cujos árbitros são, na maioria, engenheiros.

Quais as perspectivas que o senhor vê para a Arbitragem no Brasil?

APS: Sou uma pessoa extremamente otimista. Acredito que estamos crescendo e aprendendo e tivemos os tropeços naturais do aprendizado.

Mas acredito que a Arbitragem vai se fortalecer ainda mais, será mais divulgada e praticada no País, auxiliará o Poder Judiciário desafogando demandas. Acredito que, num futuro não muito distante, o tema será corrente, estará em debates e será mais divulgado em nossa sociedade. Vejo uma grande abertura com profissionais de muitas disciplinas atuando. Vejo mais Contabilistas atuando como árbitros e não apenas advogados, juízes e ex-juízes, como é o cenário atual. Vamos verificar como o governo vai se comportar quando, realmente, começar a celebrar as Parcerias Público-privadas e quais regras irão valer. Ainda acho que muitos investidores estrangeiros vão querer uma cláusula arbitral ou um compromisso arbitral e problemas que surgirem nessas parcerias, provavelmente, serão resolvidos por tribunais arbitrais.

Essas cláusulas são sempre necessárias?

APS: A Arbitragem nasce do consenso das partes. Deve existir um comando claro, livre e espontâneo de que a parte concorda e aceita, pois, se ela disse que quer aquela matéria resolvida pela Arbitragem, depois, não adianta dizer que não quer mais participar. Como ela elegeu, de livre e espontânea vontade, aquela forma de resolução, a Arbitragem vai ocorrer, mesmo que ela não se defenda. Devemos tentar compor, conciliar, mediar, arbitrar e deixar que só aquilo que não seja resolvido por nenhuma dessas outras formas é que, realmente, vá ser resolvido em juízo. O consenso de justiça no mundo, independente do sistema jurídico, está sempre em busca de dar a cada um aquilo que é seu e acho que o futuro revela bastante progresso nesse sentido, com uma sociedade mais pacificada e acostumada a lidar

com mais tranquilidade com seus conflitos. As divergências vão sempre existir, mas a forma de resolvê-las, na minha opinião, requer um novo profissional. Não um profissional que diga “vamos brigar”, mas um profissional que diga “vamos sentar e vamos tentar resolver”.



O mercado está sempre precisando de grandes profissionais. Deve ser porque 172 deles estão aqui.

Pessoas que estão em constante movimento. Essa é a melhor definição para os profissionais que trabalham na Folhamatic. Aprender coisas novas e dar o melhor para que elas aconteçam são constantes por aqui, além da preocupação em fazer tudo da maneira mais transparente para os nossos clientes.

Pensar sempre em quem está do outro lado da linha ou do computador como pessoas, não apenas como números.

0800 015 4400

SP: Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos
PR: Curitiba RJ: Rio de Janeiro RS: Porto Alegre AM: Manaus



Matriz Americana-SP



(CONTABILISTA)

**Pelo CRC SP você tem
a melhor alternativa
para sua saúde,
com vantagens que
ninguém mais tem.**

() SulAmérica

() Unimed Paulistana

Graças à parceria do CRC SP com a SulAmérica e a Unimed Paulistana, você pode ter um plano de saúde coletivo com preços e vantagens que ninguém mais tem. Esses benefícios você só encontra na Qualicorp.

LIGUE E CONFIRA:

11 3016 8837



QUALICORP
CORRETORA DE SEGUROS



SulAmérica
associada ao **ING**

Unimed
Paulistana

Adesão sujeita a análise e comprovação de vínculo com a entidade de classe. Produtos originados de contratos de planos de assistência à saúde coletivos por adesão. Produtos comercializados em outubro/2007 terão o início de sua vigência em novembro/2007. Informações resumidas. Condições contratuais disponíveis para análise. Outubro/2007.

mpm

ANS nº 000043
ANS nº 301337